

PASTA: 24
COPIAS: 36
R\$: 5,40

*Leão da Pastinha
0.11.10.16/66
C.H.*

CORPO E ALMA
DO BRASIL

Direção do
Prof. Fernando Henrique Cardoso

XVIII
Janeiro de 1966



LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES

Conflito Industrial
e
Sindicalismo
no Brasil

DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO
Rua Marquês de Itá, 79
Rua Bento Freitas, 362 - 6.º
São Paulo



*Auto 1
Seminários 2*

I — DUAS FASES NO MOVIMENTO OPERÁRIO

A história do movimento sindical e operário brasileiro poderia ser dividida em dois grandes períodos: o anterior e o posterior à década de 1930. Tomamos como ponto de referência essa década porque nela se cristalizam e se explicitam tendências que em fases anteriores já se vinham configurando desde o término da I Guerra Mundial e que diferenciaram o proletariado e o sindicalismo dos dois períodos considerados. Contudo, é apenas nos anos que seguem a vitória da Aliança Liberal que essas tendências e orientações irão adquirir feições mais nítidas e consubstanciarão alterações de maior envergadura relacionadas tanto à composição interna do proletariado como às formas organizatórias, ao conteúdo político e ideológico de suas ações. Por outro lado, no plano econômico, social e político mais amplo, essa década assinala alterações substanciais na sociedade brasileira, intensificando-se o processo de industrialização, diminuindo a importância do setor agrícola exportador na formação da renda nacional e afetando o antigo equilíbrio político, a estrutura de Poder e as posições e influências das diferentes camadas e classes sociais no controle do aparelho estatal e levando à redefinição de seu papel ante a nova conjuntura da economia brasileira.

Não caberia aqui a análise dessas transformações, já apontadas pelos economistas, sociólogos e cientistas políticos. Pelo que nos interessa, isto é, na medida em que se refletem sobre o movimento operário e sindical, cumpriria assinalar sumariamente as seguintes consequências induzidas pela aceleração do impulso econômico que passa a ter, cada vez mais, no setor secundário, seu núcleo dinâmico e propulsor:

1) As alterações ocorridas na composição e no volume da mão-de-obra industrial; 2) O aumento da influência das ca-

madras urbanas e dos setores industriais e a progressiva remoção do papel do Estado como elemento racionalizador do sistema, regulamentando, disciplinando a atividade econômica e amplos setores da vida social, e depois chamando a si, diretamente, a gestão de empresas de importância estratégica para o desenvolvimento; 3) A intervenção crescente do poder público no terreno sindical e na questão operária, "regulamentando" o conflito entre o Capital e o Trabalho, abrindo canais institucionalizados para seu encaminhamento, com a criação da legislação trabalhista.

1. As alterações na composição da mão-de-obra industrial

A industrialização significou a incorporação rápida e maciça de novos contingentes operários ao sistema industrial em formação. Assim, de 83.998 operários existentes no Brasil em 1920¹, registram-se 254.771 em 1940, 449.084 em 1950 e 1.509.713 em 1960². Os dados, todavia, são mais significativos para São Paulo, onde se concentra atualmente cerca da metade do proletariado industrial brasileiro, e onde o processo de constituição do sistema capitalista de produção se efetuou de modo mais intenso. De 324 estabelecimentos industriais registrados no Estado em 1907³, encontramos 4.145 em 1920⁴, 14.225 em 1940, 24.519 em 1950 e 56.383 em 1960. O número de operários empregados nesses estabelecimentos passa de 22.355 em 1907⁵, para 83.998 em 1920⁶, 119.296 em 1930, 272.865 em 1940 para atingir 962.112 em 1960⁷.

O crescimento da população empregada no setor secundário é fenômeno comum às primeiras fases do processo de

(1) *Brasil-Censo Industrial*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

(2) *Anuário Estatístico do Brasil*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(3) *O Brasil, Suas Riquezas Naturais, Suas Indústrias*, Centro Industrial do Brasil, Rio de Janeiro, 1908.

(4) *Recenseamento do Brasil (1920)*, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio, 1926.

(5) *O Brasil, Suas Riquezas Naturais, Suas Indústrias*.

(6) *Recenseamento do Brasil (1920)*, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio, 1926.

(7) *SENAI, Relatório de 1960*.

industrialização e já foi estudado pelos economistas e sociólogos. Ele se realiza pelo deslocamento maciço da mão-de-obra do setor primário para o secundário. Posteriormente, nas fases mais avançadas da industrialização, o volume da população empregada no setor terciário tende a aumentar mais rapidamente do que o da empregada nas atividades industriais, enquanto a população que se dedica à agricultura e à pecuária se reduz consideravelmente (7% nos EE. UU, cerca de 15% nos países mais industrializados da Europa Ocidental). No caso brasileiro, esse fenômeno apresenta algumas características particulares, que cumpre explicitar na medida em que são significativas para a formação da classe operária e, portanto, para a compreensão de alguns aspectos do movimento operário e sindical dos primórdios deste século. Nas fases iniciais da industrialização, no Brasil, apenas parcialmente se recorreu à mão-de-obra nacional. Esta, apesar de abundante, pelo baixíssimo nível técnico e cultural, num país recém-saído da escravidão, não se encaminhou para os trabalhos fabris. A indústria nascente, em São Paulo sobretudo, buscou o trabalhador estrangeiro, mais qualificado profissionalmente e mais valorizado aos olhos dos governantes e empresários da época. Assim, ainda que as primeiras levas de imigrantes (fins do século XIX) que aqui chegaram se destinassem a prover às necessidades da lavoura cafeeira, às voltas, primeiro, com o encarecimento do escravo africano, após a extinção do tráfico, e, depois, com a falta deste, após a Abolição, o aproveitamento do imigrante nas atividades manufatureiras foi intenso⁸.

(8) "A industrialização ocorrida no decurso dos últimos decênios apresenta características próprias, que devem ser tidas em conta, se quisermos equacionar com justiça os problemas que enfrenta o país na fase atual. Observamos de início que o primeiro movimento industrial a firmar-se, no primeiro quartel do século, teve lugar na região cafeeira de São Paulo. Assim como, na agricultura, os europeus exigiram salários monetários e condições mínimas de existência bem superiores às que prevaleceriam num país formado na escola do escravismo, na indústria ocorreu algo parecido. Aquêles que iam trabalhar nas manufaturas eram indivíduos com alguma experiência nesse setor em seu país de origem, e os salários tendiam a fixar-se em função das condições de vida a que estavam habituados. Dessa forma, a industrialização não resultou de um recrutamento da mão-de-obra das atividades agrícolas ou artesanais preexistentes." Celso Furtado, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Fundo de Cultura, Rio, 1961, p. 255 (sublinhado por nós).

Embora faltem informações e dados estatísticos mais completos sobre a proporção de trabalhadores estrangeiros na indústria brasileira, e paulista em particular, nas primeiras décadas do século, os dados que possuímos permitem supor que, no período anterior à primeira guerra, a proporção de imigrantes era extremamente elevada. Em São Paulo, nas atividades manufatureiras, o número de estrangeiros superava o de trabalhadores nacionais.

Os imigrantes, até 1920, abrangiam mais de 95% do total de trabalhadores entrados no Estado de São Paulo. "Nesses vinte anos (de 1901 a 1920), São Paulo recebeu 890 968 imigrantes e trabalhadores nacionais, entrando estes com o contingente de 67 326"⁹. É verdade que a maior parte da mão-de-obra estrangeira seria encaminhada para a agricultura, mas o mesmo ocorria com os trabalhadores nacionais chegados a São Paulo. Ainda na década de 1940, quando o sistema industrial já se expandira e diversificara consideravelmente, cêrca de 95% dos trabalhadores recém-chegados de outros Estados dirigiam-se à agricultura¹⁰. No caso dos imigrantes, a proporção parece ser menor. Pelos dados fornecidos pela Hospedaria dos Imigrantes, em 1911, de um total de 42 901, cêrca de 13% permaneceram na Capital¹¹.

O recenseamento de 1920 não traz informações sobre a proporção de operários imigrantes na indústria, mas oferece dados sobre o número de brasileiros e estrangeiros nos diversos ramos de atividades industriais, embora não discrimine proprietários, empregados e operários¹² e abranja setores que não podem ser considerados propriamente como industriais.

(9) José Francisco Camargo, *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (U.S.P.), São Paulo, 1952, p. 116. Na avaliação desses números é preciso não esquecer que muitos trabalhadores que entravam no Estado de S. Paulo não eram computados nos registros oficiais.

(10) Cf. José Francisco Camargo, *Exodo Rural no Brasil*, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (U.S.P.), São Paulo, 1957.

(11) Cf. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano I, n.os 1 e 2, 4.º trimestre de 1911 e 1.º trimestre de 1912, ed. da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, São Paulo, 1912, p. 195. Do total de imigrantes que passaram pela Hospedaria, em 1911, para efeitos do cálculo da porcentagem, não computamos os que retornaram ao país de origem (596 indivíduos), os que falceram (50) e os que ainda não tinham encontrado colocação (1 010).

Ramo industrial	Estado de S. Paulo		Capital	
	Bras.	Estran.	Bras.	Estran.
Têxtil	11 859	6 046	5 681	4 721
Couros e peles	1 185	764	868	544
Madeira	2 743	2 392	933	929
Metalúrgica	12 053	9 606	4 828	5 273
Cerâmica	4 332	3 368	1 201	939
Produtos químicos e similiares	689	363	199	228
Alimentação	4 477	4 625	967	2 244
Vestuário e toucador ..	50 108	25 147	18 997	15 457
Mobiliário	4 899	3 155	1 951	1 917
Edificação	30 230	27 645	7 522	13 577
Aparelhos de transportes	2 222	678	290	266
Produção e transmissão de forças físicas	3 227	2 754	925	1 023
Relat. às ciências, letras, artes e indústrias de luxo	4 654	2 200	2 828	1 556
Outros	3 457	4 387	1 881	2 630
TOTALS	136 135	93 130	49 071	51 304

Vemos, assim, que, mesmo em 1920, a proporção de estrangeiros em cada setor industrial, na classificação da época, é extremamente elevada em todo o Estado, chegando na Capital a superar ligeiramente o número de brasileiros, que perfazem 49% do total. Note-se que, neste ano, para uma população total de 579 033 indivíduos encontrados na Capital, 207 033 (36%) são estrangeiros.

Considerando que os imigrantes apresentavam índices extremamente mais elevados de instrução e de formação profissional e que, sobretudo, muitos possivelmente já possuíam alguma experiência urbana, mais adaptados ao modo de vida de uma sociedade baseada na economia monetária, serão eles que irão compor, em esmagadora maioria, o proletariado das

(12) *Sinopse do Recenseamento Realizado em 1.º de setembro de 1920*, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio, 1926.

manufaturas e fábricas de São Paulo no período anterior à Primeira Guerra Mundial. Muito provavelmente, os assalariados brasileiros, registrados como operários, se ocupavam de fato das tarefas menos qualificadas, que exigiam um mínimo de preparação profissional. Na verdade, é de acreditar que a preferência pelo trabalhador estrangeiro não fôsse devida apenas a uma qualificação profissional ou a um grau de instrução superiores, mas a outros requisitos de ordem psico-social que tornavam mais apto para o trabalho na indústria, como, por exemplo, a aceitação da disciplina, o hábito de trabalho organizado, a vontade de progredir, à espera da oportunidade de "fazer a América", características essas que se contrapunham às do trabalhador brasileiro, orientado ainda por valores e normas de uma sociedade pré-industrial.

Referindo-se aos obstáculos encontrados pelos negros e mulatos para se inserirem na ordem competitiva em formação, e especificamente no trabalho fabril, em comparação com o imigrante, observa Florestan Fernandes: "Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar "vida nova na pátria nova", calculando libertar-se dessa condição o mais depressa possível, o negro e o mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana". E mais adiante: "A recusa de certas tarefas e serviços; a inconstância na frequência ao trabalho; o fascínio por ocupações reais ou aparentemente nobilitantes; a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a disciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e para fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica — essas e outras "deficiências" do negro e do mulato se entrosavam à complexa situação humana com que se defrontavam no trabalho livre"¹³.

O relatório publicado pelo Departamento Estadual do Trabalho sobre as condições de trabalho na indústria têxtil, em 1912, ilustra bem a preponderância do elemento estrangeiro,

(13) Florestan Fernandes, *A Integração do Negro à Sociedade de Classes* (Tese apresentada ao concurso da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — U.S.P.), S. Paulo, 1964, pp. 16 e 17.

embora não tenhamos estatísticas para outros ramos industriais. O relatório abrange 31 fábricas de tecidos de São Paulo, uma de Santos e outra de São Bernardo, e constitui valioso documento para o conhecimento das condições gerais de trabalho prevalentes na indústria paulista no começo da segunda década deste século. Dos 10 204 operários classificados (o relatório não incluiu técnicos, pessoal de escritório e de direção), apenas 1 843 eram brasileiros natos, ou seja, 18%. Os operários de origem italiana atingem o número de 6 044, perfazendo, portanto, 59% do total; 824 (8%) são portugueses e os restantes se dividem entre outras nacionalidades, destacando-se os espanhóis, com 3%¹⁴.

Inquérito semelhante foi realizado, no mesmo ano, na indústria de chapéus da capital, indústria que na época possuía certa importância no parque manufatureiro. Tal como no caso da indústria têxtil, este inquérito viajava averiguar as condições de trabalho, higiene, segurança, salários, horário de trabalho etc. As informações relativas ao número de operários brasileiros e estrangeiros contidas neste relatório, contrariamente ao da indústria têxtil, são muito assistemáticas, de modo que não podemos computar o número total de operários encontrados e sua nacionalidade. Porém, para duas fábricas, esses Algarismos foram fornecidos. Assim, a título de ilustração, apresentamos as cifras referentes aos dois estabelecimentos, onde, tal como na indústria têxtil, a proporção de operários estrangeiros é amplamente majoritária. Na primeira fábrica, encontram-se 11 operários nacionais para 19 italianos e um português; na outra, 31 italianos e um espanhol para dois brasileiros¹⁵.

Mesmo nos serviços públicos, a porcentagem de estrangeiros superava a de nacionais no que toca ao número de trabalhadores braçais empregados. Assim, num levantamento efetuado neste mesmo ano entre empregados do serviço público estadual, encontrou-se 64% de imigrantes¹⁶.

(14) "Condições de Trabalho na Indústria Têxtil", *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, Ano I, n.ºs 1 e 2, São Paulo, 1912.

(15) Cf. "Condições de Trabalho na Indústria de Chapéus", *Boletim Estadual do Trabalho*, Ano I, n.ºs 3, 2.º Trimestre de 1912, Edição da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, São Paulo, 1912.

(16) "Dos 2 299 (operários) que figuram no quadro por nós organizado, 871 são nacionais, 1 408 são estrangeiros e 20 de nacio-

O proletariado paulista, principalmente na fase anterior à Primeira Guerra, é, pode dizer-se, um proletariado estrangeiro, em que predominam os imigrantes dos países latinos: italianos (que constituem a grande maioria), portugueses e espanhóis.

O desenvolvimento do sistema industrial, que experimenta seu primeiro grande impulso no período da guerra de 14-18, quando diminui a entrada dos produtos manufaturados estrangeiros, acelera o ritmo de incorporação de novas massas de trabalhadores ao sistema industrial e urbano. Mas, contrariamente ao que ocorreria no período anterior, recorre-se, em maior escala, à mão-de-obra nacional. Essa tendência pode ser avaliada, indiretamente, pelo ritmo de afluxo de trabalhadores vindos de outros Estados para São Paulo. Se no período de 1820-1900 apenas 965 imigrantes de outras regiões do Brasil se dirigiram para São Paulo, nos anos de 1926-1930, chegam 155 821. Essa cifra se eleva para 156 242 no quinquênio posterior e, em 1936-1940, o Estado de São Paulo recebe 293 852 brasileiros de outros Estados em contraposição ao número de imigrantes, que não ultrapassa 57 mil. O quinquênio de 1931-35 marca o ponto de inflexão: a partir desta data, a porcentagem de trabalhadores brasileiros supera a de estrangeiros (57% contra 43%) e daí por diante os brasileiros representariam sempre mais de dois terços do total¹⁹.

Já observamos que a esmagadora maioria dos trabalhadores, imigrantes nacionais e estrangeiros, se dirigiam para a lavoura. No entanto, muitos permaneciam nas cidades e na capital ou a elas retornariam após um período de trabalho na agricultura. Por outro lado, a industrialização começava a incorporar a mão-de-obra vinda do interior do próprio Estado de São Paulo e, também, da própria cidade de São Paulo. No ritmo intenso e rápido em que se processava a constituição do modo de produção capitalista em São Paulo, dificilmente poderiam as necessidades de mão-de-obra serem preenchidas exclusivamente com o afluxo de trabalhadores estrangeiros, tendendo-se em conta, demais, que as grandes correntes migratórias eu-

ropéias já começavam a declinar e que praticamente estancariam durante a Segunda Guerra.

A década de 30 completa essas transformações na composição do proletariado que se vinham delineando em anos anteriores. O proletariado industrial paulista, para não nos referirmos ao de outros Estados, em que a industrialização foi muito limitada e a imigração quase inexistente, ao se iniciar o ano de 1940, já é composto, na sua maioria, por trabalhadores brasileiros. Esquemmatizando, pode-se dizer que tivemos duas classes operárias em São Paulo: a do período da constituição do sistema industrial, em que o trabalhador estrangeiro entrou em proporção esmagadora; a do período posterior à Primeira Guerra e que se consolida na década de 1930, quando se recorre mais intensamente à mão-de-obra nacional. A primeira, formada de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, alemães etc., concentrada nos bairros operários da época, conservando as tradições culturais dos países de origem, e fortemente influenciada pelas ideologias anticapitalistas trazidas da Europa; a segunda, que se configura durante os anos 30, desprovida de experiência de vida na sociedade urbano-industrial, se incorpora no moderno sistema de produção fabril num momento em que se intensifica a entrada de capital estrangeiro e que este, além do setor de serviços, começa a se dirigir para o setor da produção de bens de consumo imediato, para a indústria leve¹⁸.

Essas transformações na composição étnica do proletariado (que não são simplesmente étnicas na medida em que significam transformações culturais) se efetuam num período em que, como nota Celso Furtado, a oferta da mão-de-obra é totalmente elástica. A crise da lavoura de exportação, a decomposição da economia colonial, lançam no mercado de trabalho uma massa de trabalhadores que o parque manufatureiro, apesar de sua expansão, não tem condições de absorver inteiramente. Se levarmos em conta que essa massa trabalhadora

⁽¹⁹⁾ Devese notar que, nesta fase, o próprio sistema de produção já sofrera importantes transformações tecnológicas. Orienta-se para a produção em série, com a utilização de máquinas cada vez mais simples, que tendem a parcelar o trabalho em operações cada vez mais simples, não requerendo mais do que um rápido período de adiestramento, possibilitando, destarte, o aproveitamento da mão-de-obra nacional em maior escala. Ao trabalhador estrangeiro reservam-se as tarefas mais qualificadas e as funções de mestria e chefia.

⁽¹⁷⁾ T. I. C. — *Estatística da Imigração*, publicação do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, São Paulo, 1961.

é desprovida de tradições de luta sindical, sem experiência de vida urbana, a nova conjuntura confere aos empregadores considerável vantagem na fixação do preço da mão-de-obra.

Insistimos em salientar essas características da formação da classe operária brasileira porque elas são relevantes para a compreensão do comportamento da classe e do tipo de sindicalismo a que dá origem. Nas páginas ulteriores procuraremos explicitar mais pormenorizadamente as relações entre elas e o comportamento sindical, a ideologia predominante entre o proletariado, bem como o contexto político, econômico e social em que se insere a intervenção do Estado no conflito industrial e a formulação da legislação trabalhista.

2. Os novos grupos dominantes e a remodelação das instituições do Estado.

Para o estudo do movimento operário, são de importância capital as agitações políticas e militares da década de 1920 que culminaram na revolução da Aliança Liberal, em 1930. O proletariado, em si, esteve ausente dessas ações: não participou e não teve influência direta no seu desenrolar. Apenas as classes médias urbanas e diversas facções das camadas superiores nelas se envolveram, direta ou indiretamente. Na verdade, não foram movimentos de massas, embora a revolução de 1930, uma vez desencadeada, tenha obtido amplo apoio popular e logrado uma relativa mobilização das populações urbanas. A participação na sua preparação e realização ficou restrita aos militares, secundados por pequenos grupos civis. Apesar disso, o movimento sindical e operário seria afetado pela revolução de 30 na medida em que esta estabelecia novas relações de forças sociais e novos equilíbrios políticos nos quais as camadas empresariais e os setores urbanos aumentavam seu peso e influência junto ao governo federal. A partir de então, o movimento operário deveria levar em consideração o papel de um Estado que se fazia cada vez mais intervencionista, preocupando-se com o desenvolvimento econômico e com a remoção de certos entraves institucionais e políticos que dificultam a industrialização.

Não caberia repetir o que já foi dito e reafirmado sobre a revolução de 30. Assinalamos somente que a ação revolucionária desencadeada pelos militares e civis da classe média e

alta, com o objetivo explícito de levar a cabo transformações jurídicas e institucionais que acarretassem a moralização e a democratização da vida pública, prepara o caminho para o acesso da burguesia industrial ao Poder. Assim, ainda que a liderança e a realização das operações militares e revolucionárias tenham estado em mãos de grupos de classe média, pode-se dizer que a revolução de 1930 foi uma revolução burguesa *leuada a cabo pela pequena burguesia*¹⁹. O movimento desencadeado pela Aliança Liberal pôs fim ao período do monopólio do domínio do poder central pelas velhas oligarquias de base agrária; marcou, senão o predomínio exclusivo dos grupos urbanos e industriais, pelo menos o aumento de sua influência e de sua participação no poder central, por um caminho aberto por militares, técnicos e políticos oriundos das "velhas famílias".

3. A intervenção do Estado na questão operária

O fato relevante, contudo, na análise do movimento sindical e operário, foi a progressiva remodelação do papel do Estado e a influência que adquiriu na vida social e econômica da sociedade brasileira. Nessa via, o Estado foi levado também a intervir sistematicamente nos conflitos entre o Capital e o Trabalho. Se bem que antes de 1930 várias medidas visando

(19) "A despeito de não possuir um programa estruturado, que implicasse, por exemplo, numa dinamização do sistema econômico, juntamente com as reformas institucionais preconizadas de início, o processo revolucionário foi ganhando novas dimensões com o correr do tempo. Explicitaram-se suas virtualidades também ao nível econômico-social, bem como no âmbito do aparelho estatal. Pouco a pouco tornou-se o que não era de início. Adquiriu o caráter de uma revolução burguesa, definida, apesar de não sê-lo inicialmente. Depois de conquistar o poder, os revolucionários indesejosamente e, tateando, foram mudando uma nova política econômica. Ou melhor, diante das situações novas, que surgiam continuamente, tomavam medidas concretas, inovadoras. Como haviam desleixado uma parte importante dos antigos governantes e burocratas, encontraram-se em condições de tomar decisões contrariando a tradição e interesses cristalizados. Lentamente, as transformações internas do poder público reintegraram-no à completude das forças econômicas e sociais em desenvolvimento." Octávio Ianni, *O Estado e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*, São Paulo, 1964, (mimeografado), pp. 128 e 129. (O presente trabalho, a ser publicado, apresenta uma análise da evolução do Estado no Brasil e de seu papel no desenvolvimento econômico.)

disciplinar as relações entre empregados e empregadores, a proteção do trabalho e a regulamentação da atividade sindical tivessem sido adotadas, não o foram de modo sistemático. Demais, a iniciativa quase sempre partia do Legislativo, promovida por intenções humanitárias de um ou outro deputado. O Estado, tal como não se propunha a intervenção sistemática na esfera das relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas do país, também não se propunha a intervenção na área das relações entre o Capital e o Trabalho, a não ser para manter a ordem pública ameaçada. Apenas depois de 30 é que se nota a interferência maciça e sistemática do Estado em questões que até então diziam respeito exclusivamente aos patrões e empregados. Já não se trata de projetos isolados de autoria deste ou daquele deputado. A iniciativa agora parte do próprio Executivo, abrangendo setores cada vez mais amplos da atividade industrial e da situação de trabalho: condições de higiene, regulamentação do trabalho do menor e das mulheres, contrato de trabalho, salário mínimo, organização sindical etc.

Essa interferência, em si, não teria resultados tão profundos no que tange ao sindicalismo brasileiro se tivesse sido confinada à garantia de determinadas reivindicações do proletariado e à delimitação do terreno dentro do qual o conflito se poderia efetuar sem pôr em risco os fundamentos da ordem capitalista.

A institucionalização do conflito e a intervenção dos poderes públicos, a "legitimação" do que se poderia chamar de direitos (e também deveres) das camadas assalariadas, é um processo que vem ocorrendo em todas as sociedades industriais, ultrapassadas as fases iniciais de acumulação acelerada de capital, baseada na utilização intensiva da mão-de-obra ante a inexistência de equipamentos e processos técnicos mais aperfeiçoados.

No caso brasileiro, para que se possa compreender toda a significação da intervenção do Estado na "questão operária", faz-se mister atentar para o fato de que o poder executivo, no período do Estado Novo, não se limitou a estabelecer os limites "toleráveis" das reivindicações e participação do proletariado e de suas associações profissionais, *mas chamou a si a própria organização dos sindicatos*: ditou os critérios associativos segundo os quais deveriam ser formados, estabeleceu suas es-

truturas, traçou os limites de suas ações e objetivos, garantiu sua subsistência através do imposto sindical e, legalizando-os, impôs sua existência aos industriais e às camadas conservadoras, ao mesmo tempo em que punha fim às pretensões dos militantes revolucionários de transformá-los em instrumentos de luta anticapitalista. Tendo em consideração o momento histórico em que esta organização dos sindicatos como instituições ligadas ao Estado se realizou — isto é, durante a vigência do Estado Novo e em meio à repressão violenta às organizações comunistas e socialistas e ao movimento operário independente, e quando novos contingentes de trabalhadores de origem agrícola se incorporavam à população operária — a interferência estatal assinalaria o fim do velho movimento sindical, das associações criadas "espontaneamente" pelos militantes operários, fortemente imbuidos das ideologias coletivistas, concebendo a arregimentação sindical e as reivindicações econômicas e salariais menos como um fim em si e mais como um meio, como um instrumento destinado à preparação e organização da classe nos embates econômicos e políticos que deveriam terminar na abolição da propriedade privada e na coletivização dos meios de produção.

II — O MOVIMENTO OPERÁRIO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

O primeiro elemento a ser destacado para a compreensão do movimento operário em fins do século passado e começos do atual é o fato de se tratar de um movimento que se apóia sobre um proletariado industrial extremamente minoritário no conjunto da população brasileira, da qual cerca de 80% habitando o campo. Em 1907, os dados registram 149 140 trabalhadores em estabelecimentos industriais, dos quais 14 614 na Capital paulista, e 23 355 no Estado de São Paulo. Essas cifras são importantes porque nos informam das possibilidades de intervenção na vida política nacional que se ofereciam ao proletariado e de sua força de pressão. Mesmo tendo em conta que o proletariado em formação localizar-se-á nos centros urbanos, isto é, nos centros administrativos e políticos, essa localização não era tão "estratégica" como poderia parecer, dado o pequeno peso das cidades e das atividades econômicas urbanas numa economia essencialmente agrícola.

No plano eleitoral, as possibilidades do proletariado e das demais camadas assalariadas eram extremamente reduzidas, se não inexistentes. Através dos processos eleitorais, a classe operária, espalhada nos principais centros urbanos, não tinha condições de participar da "grande política" e nem tampouco de influenciar nos resultados das urnas. Na verdade, os trabalhadores industriais não chegavam a constituir um corpo de eleitores que valesse a pena ser conquistado pelos políticos. A classe operária não marcará, portanto, nem o que poderíamos chamar de "presença passiva" nas campanhas políticas e disputas que se travarão entre as diferentes facções das camadas superiores pelo controle do poder político.

Por outro lado, além da fraqueza numérica do proletariado industrial, cumpre lembrar outros fatores que contribuíam para reduzir sua influência nas disputas eleitorais: a elevada proporção de trabalhadores estrangeiros, a grande proporção de mulheres e menores que integravam a mão-de-obra fabril e que não tinham direito a voto, e a elevada taxa de analfabetismo existente entre os trabalhadores, que acarretava, também, a exclusão do corpo de eleitores.

O relatório sobre as condições de trabalho na indústria têxtil, que mencionamos anteriormente, acusava uma porcentagem de 67% de mulheres no total de trabalhadores classificados. Não temos dados para outros ramos industriais. É de acreditar, porém, que fossem as porcentagens inferiores às encontradas nas fábricas de filação e tecelagem, em que é tradicionalmente elevado o volume da mão-de-obra feminina. Quanto aos menores, preferimos transcrever um trecho do citado relatório, que é suficientemente claro e dispensa comentários. "Entre as 6 801 operárias, 1 706 são maiores de 22 anos, 2 966 têm de 16 a 22 anos, 1 885 têm 12 a 16 anos e 244 têm idade inferior a 12 anos. Entre os operários, 1 825 são de idade superior a 16 anos (*sic*), 696 têm idades compreendidas entre 12 e 16 anos e 127 são menores de 12 anos. O número de menores de 12 anos no referido quadro acha-se diminuído de uma pequena porcentagem, oculta entre os classificados como tendo de 12 a 16 anos"²⁰.

(20) Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, n.ºs 1 e 2, p. 38.

Quanto à proporção de analfabetos, o mesmo relatório aponta 42% entre os tecelões. Entre os operários ocupados pelo Estado, a porcentagem de analfabetos era de cerca de 49%²¹.

Essa classe operária não tem, portanto, *chances* de participar do processo político, nem de interferir nas grandes (e pequenas) decisões do Governo. Não consegue criar e impor um partido, eleger representantes ou se fazer ouvir pelos Poderes Públicos. Não opina e não é consultada. O sindicalismo é débil e não dispõe de instrumento de pressão contra o Estado. Enfim, não tem nenhum acesso ao Poder e não é levada em conta por êle.

Por outro lado, o sistema político brasileiro da 1.ª República não está organizado em moldes a permitir qualquer participação do proletariado. Aliás, não só do proletariado como também das camadas inferiores da população, e em nada se aproxima do que hoje denominaríamos de "democracia de massas". A população rural, ainda menos do que o proletariado urbano, tem condições de se constituir como uma força política; dispersa, isolada das populações urbanas, não consegue estabelecer laços de solidariedade profissional, nem emprender qualquer ação coletiva de natureza política. Não chega a constituir uma classe se, com êsse conceito tão controverso na Sociologia, entendemos não apenas uma mesma posição no sistema de produção, mas uma consciência da situação comum da qual possa derivar algum tipo de solidariedade social, um querer coletivo e uma atuação conjunta.

As camadas inferiores da população rural, no Brasil, exceção feita aos últimos anos, nunca empreenderam qualquer tipo de reação societária que implicasse em alguma forma de revolta contra o sistema, contra as classes superiores ou, ainda, um desejo de mudança. Os únicos movimentos coletivos que as envolveram foram os de cunho místico-religioso, nos quais apenas difusamente podemos vislumbrar uma forma de revolta contra a ordem estabelecida. E, como tal, foram inteiramente alienados e não significaram movimentos contra o sistema de dominação e contra as camadas superiores.

O Brasil não conheceu nem as *jacqueries* europeias nem as explosões das rebeliões camponesas das populações indígenas

(21) *Idem*, p. 110.

da América Latina. As classes médias, extremamente débeis, habitualmente cientes das classes superiores tradicionais, quando através de seus setores politizados externam algum tipo de inconformismo e de rebelião com relação ao esquema político estabelecido, não orientaram suas aspirações democráticas através de vias eleitorais, cujos mecanismos, de fato, impediam toda alteração do *status quo*. Seus setores que compõem o que H. Jaguaribe denomina de "Forças Armadas cartoriais" e "profissionais liberais bacharelescos"²², na impossibilidade de desenvolverem uma "política de massas" e criar partidos próprios, orientaram-se para os levantes militares. A política brasileira será, tipicamente até 1930, uma política que só envolve minorias cultas.

Germani resume a evolução política da América Latina numa série de etapas sucessivas: 1.º) guerras de libertação e proclamação formal de independência; 2.º) guerras civis, caudilhismo, anarquia; 3.º) autocracias unificadoras; 4.º) democracias representativas com participação "limitada" ou "oligarquia"; 5.º) democracias representativas com participação ampliada; 6.º) democracias representativas com participação total e, como alternativa, "revoluções nacionais-populares"²³. Utilizando-nos dessa tipologia, poderíamos dizer que o Brasil, antes de 1930, constituía uma *democracia representativa com participação limitada*. Formalmente, funcionavam todos os mecanismos do sistema de representação democrática. O presidente era eleito, havia um parlamento, a oposição podia manifestar-se na Câmara dos Deputados, no Senado e nos jornais. Apenas o povo não participava. Até 1930, o número de votos, nas eleições presidenciais, representava cêrca de 3% da população total do país.

Chama a atenção de quem analisa as crises políticas e os movimentos sociais brasileiros de maior envergadura, o desligamento existente entre as classes médias e o proletariado. Observamos em páginas anteriores que a classe operária estará

(22) Cf. Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Cap. 4, "As Alternativas de Nosso Tempo", Editora Fundo de Cultura, Rio, 1962.

(23) Cf. Gino Germani, *Política y Sociedad en una Época de Transición*, Cap. V, "De la Sociedad Tradicional a la Participación Total en América Latina".

inerentemente ausente das sublevações militares "tenentistas" de 1922 e 1924 e da insurreição vitoriosa da Aliança Liberal. O reduzido peso social do proletariado, sua composição étnica, enfim, seu isolamento com relação à sociedade global, o afastamento das classes médias que, por sua vez, não o encararam como um aliado potencial nas ações que desencadeariam contra a oligarquia que mantêm o domínio da máquina política e administrativa. De um lado, os objetivos situados pelos "tenentes", demotivantes, visando a moralização da vida pública e alterações de cunho administrativo e jurídico, não encontram ressonância entre o proletariado²⁴. De outro lado, as lideranças operárias, influenciadas pelas ideologias anarquistas, rejeitam a participação política, sobretudo tal como ela se apresenta para a classe média, e só se interessam pelas reivindicações que impliquem melhoria imediata na situação dos trabalhadores, ou pelas que acreditam preparar a derrubada do sistema capitalista, com base na tática da "greve geral". Demais, os instrumentos que ambos consideram adequados para a consecução de seus objetivos não são os mesmos. Os militares optam pelas sublevações de caserna, cujos malogros, protegidos pelas relações de família, por uma fraternidade entre iguais e pelo espírito de casta, não lhes acarretam consequências muito graves. Não confiam nos movimentos de massas, nas táticas preconizadas pelas lideranças operárias, não creem nos seus resultados e temem as repercussões negativas que um compromisso com o proletariado teria entre as camadas superiores. As lideranças sindicais e os grupos de esquerda que procuram apoiar-se no proletariado, por sua vez, não confiam nos militares; os objetivos que estes se propõem, para não falar nos meios para sua

(24) Nesse sentido, cumpre ainda acrescentar, como observa Francisco C. Welfort, que "as classes médias tradicionais brasileiras, como parece ocorrer na maioria dos países latino-americanos, não possuíam as condições sociais e econômicas que lhes permitissem uma ação política autônoma ante os interesses vinculados à grande propriedade agrícola. Diferentemente da antiga classe média americana, não têm sua base social e econômica na pequena propriedade independente mas em atividades subsidiárias (Estado e serviços) da estrutura social da grande propriedade. Estes setores nunca conseguiram, obrigados por sua situação de dependência em que a grande propriedade é o padrão social e econômico dominante, definir uma atitude política plenamente radical". *Estado y Masas en el Brasil*, Boletim do "Instituto Latino-Americano de Planificación Económica y Social", Santiago do Chile, setembro de 1964, pp. 4 e 5.

consequência, não parecem propiciar alterações mais profundas na ordem social e nem mesmo situam um programa de proteção ao trabalho ou uma legislação social. Sem embargo, na década de 1920, algumas tentativas de aproximação entre os líderes "tenentistas" e dirigentes sindicais foram esboçadas. Nairá Everardo Dias, em suas memórias, que nos meses que antecederam a revolta de Isidoro Dias Lopes em São Paulo, em 1924, manteve conversações com um representante dos oficiais que preparavam o levante contra Bernardes. "O motivo era aquêle mesmo: reagrupamento das forças revolucionárias para deflagrar um movimento armado contra a oligarquia dominante. Expôs esse emissário (dos militares revolucionários) todo o plano insurrecional e vinha pedir o apoio do proletariado para essa obra, através de um entendimento recíproco para a agitação nos meios fabris e de transportes, de forma a desorganizar a vida da cidade e dar ocasião a uma intervenção das forças do Exército e da Armada, que então deporiam o presidente da República."²⁵ Mas a aliança entre militares e proletariado não se efetivou. "O proletariado — escreve ainda Everardo Dias — não dispunha mais da força e coesão que tinha em 1919, por exemplo, pois suas fileiras haviam sido dizimadas pelas deportações, justamente, dos elementos mais firmes e resolutos e os que restaram não queriam expor-se a maiores sofrimentos"²⁶. Além disso, dificilmente poderiam e desejariam os sindicatos e associações operárias conduzir secretamente um plano de greve geral que criasse condições para a sublevação militar. "Afinal, eclodiu o movimento em São Paulo, com estopóides levantes de grupos militares isolados em outros Estados e sem a manifestação da esquadra; e da atuação decisiva para o caso das vastas camadas proletárias. Mais tarde, o "chefe", que era o General Isidoro Dias Lopes, desculpou-se em suas memórias publicadas no *Correio da Manhã*, do Rio, de não ter tido tempo de avisar os elementos conjurados do operariado..."²⁷

Contudo, por maior que possam ter sido as influências de fatores circunstanciais, as falhas pessoais e organizatórias,

⁽²⁵⁾ Everardo Dias, *História das Lutas Sociais no Brasil*, Editora Edaglit, S. Paulo, 1962, p. 132.

⁽²⁶⁾ *Ibid.*, p. 133.

⁽²⁷⁾ *Ibid.*, p. 138.

não é aí que devemos localizar as origens dos fatores que excluam a participação do proletariado nas sublevesções da década dos 20. As condições gerais da sociedade brasileira e de seu estágio de desenvolvimento industrial não outorgavam ao proletariado e aos estratos assalariados recursos para influírem nos rumos da política nacional e, de fato, os levantes militares, para serem bem sucedidos, não necessitavam contar com o apoio dos sindicatos, como demonstrou o êxito da insurreição comandada pela Aliança Liberal.

1. As ideologias revolucionárias

Afastado da política nacional, o movimento sindical preocupar-se-á basicamente com as questões especificamente relacionadas com o fortalecimento da solidariedade operária, com a obtenção de reivindicações que significassem melhorias imediatas nas condições de vida e de trabalho e com a difusão de ideais socialistas. A classe operária rejeita a sociedade capitalista; o sindicalismo tem como princípio a recusa ao diálogo com os proprietários como via normal para a obtenção de suas exigências profissionais e é hostil à intervenção do Estado nos conflitos de trabalho. Desconfia da atividade política, não se interessa pelos problemas gerais da nação, e situa como um dos seus objetivos precípuos o desenvolvimento da consciência de classe, o acirramento dos antagonismos sociais²⁸. As lides operárias baseiam sua atuação tendo em conta somente o sistema de produção capitalista no que esse tem de mais universal, fazendo da luta contra a propriedade privada o centro de suas preocupações. Não se interessam por questões que não estejam diretamente relacionadas à situação de trabalho operário no sistema de produção capitalista industrial. Deste modo, não se preocupam pelos problemas gerais da sociedade brasileira; a questão agrária, o capital estrangeiro, a problemática do subdesenvolvimento, por exemplo, não se inserem no uni-

⁽²⁸⁾ Em abril de 1927, o Congresso Sindical Operário realizado no Rio impunha como condição para a filiação dos sindicatos na Confederação Geral do Trabalho que se pretendia formar: 1.º) O reconhecimento do princípio da luta de classes; 2.º) aplicação desse princípio na luta quotidiana entre o Capital e o Trabalho etc. (Cf. Everardo Dias, *op. cit.*, p. 313).

verso de suas cogitações. É o período de um sindicalismo que não visa influenciar o Estado e os rumos da sociedade global e que não situa objetivos mais amplos que possam ser alcançados através de reformas mais ou menos profundas da sociedade capitalista. Na medida em que se constitui como um sindicalismo de oposição, de rejeição violenta ao capitalismo (característica, em todo o mundo, das primeiras fases da organização sindical), não reivindica a ampliação dos mecanismos democráticos que assegurem uma participação mais intensa e geral do proletariado na sociedade global e na "grande política" e só se esforça para garantir a existência e a liberdade do funcionamento das organizações profissionais e políticas do proletariado.

A contrapartida, no nível ideológico e doutrinário, de um proletariado de reduzida influência na vida social e política da sociedade, é a emergência de concepções e programas utópicos e globalizantes de reconstrução social. Isolada, sem meios de pressão mais eficazes, sem acesso ao Poder, a classe operária contrapõe à realidade presente utopias igualitárias, concorrendo os diversos grupos socialistas e anarquistas na formulação de sistemas produtivos ideais, através dos quais, com a simples abolição da propriedade privada, estabeleceria-se a igualdade entre os homens e a miséria seria abolida da face da terra.

O quadro que esboçamos acima foi comum às primeiras fases do movimento operário europeu. Porém, nesses países, que se desenvolveram em primeiro lugar, o intenso processo de industrialização levou ao crescimento rápido do proletariado, que em fins do século passado já se contava por milhões. Na França, por exemplo, o setor secundário em 1856 abrangia cerca de 4 milhões de pessoas, para atingir 6 milhões em 1906. Nos países industrializados da Europa, os partidos socialistas, e mais tarde comunistas, apoiaram-se em um proletariado numeroso, e esses partidos transformaram-se em partidos de massas com possibilidade de exercer uma poderosa pressão sobre o Estado. No Brasil, pelo contrário, os grupos socialistas e anarquistas permanecerão sempre *grupos de propaganda* de ideais coletivistas e socializantes sem condições de formar partidos de massa, de dar maior continuidade à existência de suas associações, de influenciar outros setores sociais, de eleger representantes nas câmaras legislativas, de desempenhar um papel de importância na política brasileira.

Esses traços do movimento operário brasileiro podem ser notados no relato que nos oferece Everardo Dias, onde transpare o isolamento da classe operária e sua tentativa, típica de um proletariado extremamente minoritário no conjunto da população, de desenvolver uma "cultura operária" autônoma. "Tendo, pois, em vista o pronunciado e evidente debilitamento numérico e cultural dos elementos tanto alienígenas como nacionais, a tendência dos militantes foi a de procurar organizar-se em Centros de Cultura, que formariam a base para promover a difusão e o desenvolvimento de núcleos da doutrina socialista. Os mais importantes núcleos, pelo seu número e pela consciência de classe que iam demonstrando, eram inegavelmente os italianos (...). Também se realizavam festivais no centro da cidade (...) iniciados por palestras doutrinárias e de crítica social, terminados por um baile, que servia de chamariz à juventude, mas mesmo assim não deixavam de ser cantados hinos de caráter socialista, entoados por grupos corais (...). Quando havia companheiros que tocavam algum instrumento, improvisava-se um baile para a juventude, em que aliás todos tomavam parte. Lembro várias dessas festas ou convívios na Vila Mariana na chácara de um companheiro socialista, alemão ou austríaco, onde era habitual a reunião, aos domingos e dias festivos, de elementos germânicos social-democratas, bebendo cerveja preta, muito comum então, barata e gostosa e jogando bochas. Os elementos italianos reuniam-se habitualmente no Bom Retiro, em *botteghes* conhecidas de militantes ou simpatizantes..."²⁹ A impossibilidade de realização de qualquer movimento de maior amplitude reduzia as controvérsias e debates entre as diferentes alas do movimento operário a simples discussões teóricas abstratas: "Era aí, nestes locais, que havia debates doutrinários entre "reformistas" e "revolucionários", debates acalorados, mas em que predominava sempre inalterável respeito pelos princípios de cada qual"³⁰. "Esses debates, a maior parte das vezes, degeneravam em discussões acaloradas, mas acadêmicas, tomando tempo indefinido que a nada conduziam de concreto, discussões cheias de sutilezas, de subterfúgios, de cavilidades, fruto da pura imaginação sobre o procedimento dos indivíduos na "socie-

(29) *Op. cit.*, pp. 42 e 43.

(30) *Op. cit.*, p. 43.

dade futura", a "sociedade socialista", "sem senhores e sem exploração do homem pelo homem".³¹

Parece evidente que os movimentos de cunho socialista e coletivista não conseguiam definir um programa de ação que tivesse em conta as condições concretas da sociedade brasileira, levantando temas e propondo medidas que guardassem alguma viabilidade de concretização e que fossem capazes de atrair as camadas populares brasileiras, marginais, com relação ao sistema de produção industrial.

Os ideais socialistas e libertários não tinham condições, portanto, de atingir mais do que uma camada operária superior, de origem européia, e alguns intelectuais. Na Europa a industrialização maciça e um proletariado que se contava por milhões constituíam a base social e humana para a difusão das idéias socialistas. A transposição dos temas habituais das ideologias socialistas e coletivistas para as condições da sociedade brasileira não poderia encontrar campo propício para a sua propagação e, sobretudo, para acarretar mobilizações de massa. As críticas e os apelos anticapitalistas só poderiam interessar àqueles que estavam mais de perto e diretamente envolvidos pelo sistema industrial, isto é, no caso, o proletariado, que constituía uma minoria. A força de atração dos ideais socialistas e coletivistas não poderia ser a mesma para as populações marginais da cidade, fora do sistema de produção fabril, para as camadas inferiores da agricultura. Para atingir esses setores, o socialismo teria que se apresentar despojado das roupas europeias, teria que se apresentar menos ligado a uma classe — o proletariado industrial — e incorporar as aspirações nacionalistas e democráticas de outros setores da população. Sobretudo, teria que formular um programa agrário capaz de atingir o campesinato. Em poucas palavras, o socialismo teria que ser menos "proletário" e mais "popular". Na ausência de uma aproximação entre o proletariado industrial e as demais camadas populares, as mobilizações operárias, inclusive as de maior amplitude, como a de São Paulo em 1917, estavam de antemão condenadas ao malogro, só tendo condições para lograr a consecução de reivindicações restritas à situação de trabalho, não podendo acarretar modificações ou alterações sociais profundas e nem influir na política governamental.

(31) *Op. cit.*, p. 59.

As condições peculiares através das quais se iniciou a industrialização no Brasil, com o recurso à mão-de-obra estrangeira, deu origem a uma classe operária marginalizada, sem laços mais estreitos com as demais camadas inferiores — principalmente o campesinato — orientada por uma liderança desconhecedora dos problemas nacionais. Assim sendo, não é de estranhar que o programa do II Congresso do Partido Socialista Brasileiro — que comentaremos mais adiante — entre os seus numerosos tópicos, não incluisse uma só referência à questão agrária, à industrialização, ao capital estrangeiro etc.

O movimento operário, portanto, retomará os temas habituais do socialismo europeu, principalmente o anticlericalismo, o antimilitarismo e o internacionalismo proletário, os quais, juntamente com as declarações de princípios, as exposições doutrinárias e as críticas veementes (e anímidas abstratas) dos males do capitalismo, ocuparão os espaços de “*str-imprensa*”. O anticlericalismo dava origem a publicações especiais destinadas principalmente a combater a Igreja, como, por exemplo, *O Livre Penador* editado em São Paulo, em 1903, que trazia como epígrafe a seguinte frase: “Fugi, vampiros sociais”. O grito de guerra era: “Abaixo o Vaticano”; e o *Anticlerical*, publicado também em São Paulo, em 1905, cujo lema era: “Abaixo os cancos da humanidade! Exterminem os parasitas indomáveis!”³² Com relação ao antimilitarismo, narra Hermínio Linhares que, em 1908, a Confederação Operária Brasileira, fundada no Rio nesse mesmo ano, organizou uma campanha contra a guerra e contra a lei que estabeleceu o sorteio militar. “Essa lei foi aprovada devido à campanha alarmista, de fundo imperialista, que tentou indispor o Brasil com a Argentina, fazendo-se na possibilidade de guerra. A COB criou então a Liga Antimilitarista, que editou o jornal *Não Matará!*” No Rio e nos Estados foram feitos comícios, conferências e distribuídos manifestos e volantes em favor da paz. No relatório de suas atividades em 1908, registra-se: “A 1.º de dezembro deste mesmo ano, realizava a Conferência uma estupenda manifestação de protesto, na qual tomaram parte cerca de 200 associações operárias do Rio e delegações de diversas sociedades de fora, formando um cortejo superior a 10 000 pessoas. E

(32) Cf. Hermínio Linhares, *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*, Bapista de Souza & Cia. (Editores), Rio, 1955.

assim foi lançado pelo operariado brasileiro o primeiro grito de guerra contra a guerra".³³ Mais tarde, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, a COB realizou outras manifestações pela paz. No seu segundo Congresso, efetuado em setembro de 1913, seus membros aprovaram a seguinte declaração: "Considerando que as guerras, com todos os seus horrores, são a seqüência lógica das ambições burguesas em detrimento exclusivo da classe trabalhadora, que é a única que vai derramar o seu sangue na defesa de sinistros interesses que não lhe pertencem, o Congresso aconselha ao proletariado do Brasil para, em caso de guerra externa, declarar-se em greve geral revolucionária".³⁴ Nos anos seguintes, as lideranças tentaram organizar novas manifestações contra a guerra. Em São Paulo, organizou-se a Comissão Internacionalista contra a Guerra, com a adesão das organizações: Centro Socialista Internacional, Centro Libertário, Deutschen Graphischen Verband für Brazilien, Associação Universidade Popular da Cultura Racionalista, Allgemein Arbeiterverein, Círculo de Estudos Sociais Francisco Ferrer, Grupo Anarquista "Os Sem Pátria", União dos Canteiros, Federação Espanhola e os jornais *Avanti!*, *La Protaganda Libertaria*, *A Lanterna*, *Volksfreund!* No Rio, em 1915, a Confederação Operária Brasileira realizou um Congresso de Paz, com um manifesto que apelava para que o proletariado europeu e americano "iniciasse uma ação revolucionária que derrubasse o atual estado de cousa, varrendo da face do mundo³⁵ as quadrilhas de potentados e assassinos, que mantinham os povos na escravidão e no sofrimento".³⁵

O internacionalismo proletário constituía outro ponto de honra do movimento operário. "Em 1906, os jornais *Nôvo Rumo* e *A Terra Livre* pediram para que os operários³⁶ brasileiros dessem um dia de trabalho a fim de auxiliar os que, na Rússia, tão heróicamente lutavam em prol da liberdade. No Rio, o jornal *Nôvo Mundo* abriu a 1.ª subscrição brasileira em favor dos socialistas russos".³⁶

Esses tópicos, em tómo dos quais se concentrava parte da atividade socialista, malgrado a função educativa que lhes arti-

bulam as lideranças anarquistas e socialistas, não poderiam exercer, no Brasil, a mesma força aglutinadora: o sentimento anticlerical nunca foi arraigado entre os trabalhadores nacionais. O clero e a Igreja católica, do estrutura social muito mais débil, não estiveram relacionadas à propriedade fundiária e não exerceram a mesma influência que na Europa, em especial nos países latinos. O laicismo atingira os setores cultos da sociedade brasileira mas não suas camadas inferiores. O antimilitarismo, por sua vez, não poderia sensibilizar a população operária como ocorria entre o proletariado dos países europeus que se via diretamente envolvido nas guerras. De igual modo, os temas do internacionalismo proletário, se tinham alguma penetração entre os operários imigrantes, não podiam constituir um centro de interesses para os trabalhadores brasileiros, de baixíssimo nível educacional, que faziam suas primeiras experiências de vida urbana e industrial. Essas questões, portanto, só podiam arregimentar um setor de elite do proletariado.

Qual era o âmbito de influenciamento das ideologias coletivistas revolucionárias desse período? Que as lideranças eram movidas por aspirações revolucionárias e por um sentimento anticapitalista profundo parece não haver dúvida. Mas em que medida essas posições correspondiam às das massas trabalhadoras no seu conjunto? Qual a proporção do proletariado que participava dessas atividades associativas e das campanhas que empreendiam? Não se dispõe de informações mais exatas tanto sobre o número de aderentes às associações profissionais como às ligas e uniões socialistas e coletivistas, as quais, na verdade, não estavam perfeitamente diferenciadas, sobretudo nos primeiros anos deste século. A intensidade da participação dos trabalhadores deve ter variado muito e não deve ter sido sistemática e constante. Mas cumpre observar que a força e a influência das primeiras associações operárias repousavam mais na atividade incansável dos ativistas operários e militantes anarquistas e socialistas, e se faziam sentir de modo menos ou mais forte nos períodos de maior descontentamento da massa. As associações não eram instituições firmemente estabelecidas, burocratizadas, e sua força não advinha do fato de agrupar elevado número de aderentes. A autoridade das lideranças, seu prestígio no seio da classe, por outro lado, não decorria das funções que os dirigentes exerciam na estrutura das associações mas de seus atributos individuais, numa fase

(33) Hermínio Linhares, *op. cit.*, pp. 58 e 59.

(34) *Ibid.*, p. 69.

(35) Hermínio Linhares, *op. cit.*, pp. 72 e 73.

(36) *Ibid.*, p. 54.

em que a burocratização das organizações profissionais era praticamente inexistente. Tratava-se, com efeito, de uma liderança difusa, com sobreposição de papéis, nos quais as mesmas pessoas eram concomitantemente líderes sindicais (na acepção atual do termo), agitadores, organizadores, propagandistas de ideais socialistas (em que os dotes de oratória valiam mais do que nunca), políticos e teóricos. Utilizando os conceitos de Weber, poder-se-ia dizer que a autoridade dessa liderança não era de modo algum uma "autoridade legal com administração burocrática" mas uma autoridade fortemente impregnada de elementos carismáticos.

Neste contexto, não se pode avaliar a influência das ideologias anarquistas e anticapitalistas pela força organizatória, pelo número de membros das primeiras ligas e associações operárias. A instabilidade dessas associações, que sempre corriam os riscos de serem interrompidas pelas autoridades, com seus membros presos ou deportados — quando se tratava de estrangeiros —, os inúmeros agrupamentos operários que surgiam para logo depois desaparecer, deixam entrever que a atividade militante, sindical e política, envolvia apenas uma minoria e que a grande massa tinha uma participação irregular, expressando seu descontentamento em explosões súbitas, como a da greve geral de 1917.

Com relação às manifestações e atividades relacionadas à propagação das ideologias operárias e da afirmação de seus princípios, as informações são igualmente precárias. Os diversos autores que apresentam uma descrição desse período, principalmente Everardo Dias em suas memórias, poucas vezes se referem ao número de participantes nos comícios, conferências, passeatas e outras manifestações dessa natureza. Herminio Linhares narra que a um comício pacifista efetuado em 1913, no Rio, compareceram 10 mil pessoas. O mesmo autor informa que, na comemoração de 1.º de maio, convocada pela União Geral dos Trabalhadores, em 1919, no Rio, estiveram presentes 3 mil operários.

Quanto aos jornais doutrinários e de propaganda, eram de circulação restrita e de existência incerta, e na primeira década do século, principalmente, muitos se limitavam a um único exemplar, enquanto outros não tinham data certa de publicação. Assim, por exemplo, o *L'Azione Anarchica* (São Paulo, 1900), redigido em italiano por um grupo libertário cujo único número data de 19-11-1900; o *La Terza Roma*

(São Paulo, 1901), publicado pelo Grupo S. A. "Pensiere e Azione"; o *União Operária* (Rio, 1904) etc. Contudo, outras publicações lograram notável regularidade e, para a época, um período relativamente longo de vida, como o *Avanti!*, semanário socialista que existiu em São Paulo de 1900 a 1915 e que por certo tempo chegou a ser publicado diariamente; o jornal *La Battaglia*, semanário anarquista, que vigorou de 1904 a 1912; *La Barricata*, de 1904 a 1919; *A Plabe*, semanário anarquista, diário durante algum tempo, publicado de 1917 a 1934, todos eles em São Paulo³⁷.

A responsabilidade pelos jornais operários publicados cabia, destarte, a grupos, ligas e centros socialistas e anarquistas independentes. O *Socialista* (São Paulo, 1896) foi editado pelo "Centro Socialista de S. Paulo" (trazia artigos em espanhol, italiano e alemão); o *Demolidor* (Fortaleza, 1908) foi editado pela "Liga dos Confrades"; o *La Parola dei Socialisti* (São Paulo, 1906) pelo Circolo "Karl Marx"; o *Germanal* (São Paulo, 1902) pelo Circolo Educativo Literario "Germanal"; o *Proletário* (Rio Grande do Sul, 1902), pelo "Clube Socialista"; o *1.º de Maio* (São Paulo, 1901), pelo "Grupo Anárquico La Nueva Civiliza". Outras publicações foram de responsabilidade de associações profissionais, como, por exemplo: o *Padeiro* (São Paulo, 1907) órgão do Sindicato dos Padeiros e Confeitores; o *Voz do Trabalhador*³⁸ (Rio, 1908), órgão da Confederação Operária Brasileira; o *Baluarte* (Rio, 1910), órgão dos operários chapeleros; o *Internacional* (Rio, 1911) órgão dos trabalhadores em hotéis e restaurantes; o *Voz do Povo* (Rio, 1920), órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro.

Porém, como os periódicos anarquistas e socialistas que subsistiram por mais tempo e que, ao que tudo indica, possuíam maior tiragem e circulação eram redigidos em italia-

⁽³⁷⁾ As informações relativas à imprensa operária que divulgamos aqui foram extraídas do livro de Herminio Linhares (já citado), bem como do trabalho ainda não publicado, *O Sindicalismo e o Estado de Aiz Simão*, que, pelo que sabemos, é o primeiro sociólogo a considerar o movimento operário e o sindicalismo como objetos da análise sociológica. Utilizamos também, secundariamente, o livro de Abgnar Bastos, *Presets e a Revolução Social*, Editorial Calvino, Rio, 1946.

⁽³⁸⁾ Esta publicação, quinzenal, chegou a alcançar a tiragem de 4 mil exemplares.

no, é de acreditar que, ainda na hipótese de que tivessem uma penetração relativamente elevada no proletariado paulista daquela nacionalidade, pouca influência teriam entre o proletariado industrial brasileiro e, sobretudo, entre as outras camadas populares que se poderiam constituir como possíveis aliados dos trabalhadores industriais nos movimentos de maior amplitude. Chama atenção, quando se atenta para a relação dos órgãos que constituíam a imprensa operária do período, a grande descentralização, não havendo publicações nacionais de maior tiragem ou uma concentração de recursos para a publicação de um jornal central, de um órgão geral com uma esfera de influência e de penetração mais amplas.

Como observamos, o proletariado e as tendências socialistas e anarquistas não chegaram a ser suficientemente poderosas para dar origem à formação de *partidos* mas apenas a Centros, Ligas, Clubes e Círculos, como, por exemplo, o Clube Democrático Socialista "Os Filhos do Trabalho", fundado em 1900 em São José do Rio Pardo; a "Liga Democrática" e o Centro Socialista "Eunício Ferri" (São Paulo, 1901); o Círculo Educativo Literário "Germinal"; o Círculo "Karl Marx" (São Paulo, 1906); o Grupo Literário; o Grupo "Guerra Social"; o Círculo de Estudos Sociais "Conquista do Porvir", todos existentes na capital paulista em 1911, além de muitos outros.³⁹

Não temos também quaisquer fontes que nos informem sobre o número de aderentes, e em que proporção foram capazes de manter uma existência efetiva, com uma atividade regular e prolongada. É de imaginar que estariam muito longe de se assemelhar a qualquer coisa que possa ser classificada de *organização de massa*. Contudo, podemos concluir, pela sua proliferação, que lograram certa penetração entre o proletariado estrangeiro e que desempenharam um papel relativamente importante nas primeiras fases do movimento operário, como se pode depreender do estudo de uma greve de chapeleiros ocorrida em São Paulo em 1886, e analisada por Fernando Henrique Cardoso.⁴⁰ Na ocasião, a fábrica de chapéus João Adol-

(39) O leitor poderá encontrar na obra citada de Hernânio Linhares uma relação mais completa dos nomes, data e local de formação dessas associações.

(40) Fernando Henrique Cardoso, "Le Proletariat brésilien. Situation et comportement social", *Quartiers et Syndicats d'Amérique Latine*, número especial da revista *Sociologie du Travail*, abril de 1961.

pho atravessava uma crise acarretada pela acumulação de estoques. O proprietário propôs aos trabalhadores que aceitassem uma redução das horas de trabalho (e do salário) a fim de evitar o fechamento da fábrica. Os operários, que de início tinham aceitado a proposta, recusaram-na posteriormente e declararam-se em greve. O "Centro Socialista" interveio no conflito e apresentou ao patrão uma série de exigências para o retorno ao trabalho: 1) aumento de 25% para os operários; 2) a possibilidade de os operários se recusarem a fazer trabalhos acima de suas forças; 3) a liberdade de sair da oficina uma vez terminada a tarefa quotidiana, se nova tarefa não fosse dada; 4) a supressão de dispensas sem causa justificada, segundo os critérios estabelecidos por uma comissão designada pelos operários; 5) a supressão das dispensas por falta de trabalho; e 6) fim das multas por faltas técnicas, salvo nos casos estipulados previamente.

"A essas reivindicações — escreve Fernando Henrique Cardoso — o patrão respondeu "que queria se entender pessoalmente com seus operários, mas que não aceitava suas propostas". Em reuniões sucessivas no "Centro Socialista", decidiu-se estender o movimento de greve a outras fábricas. Esta palavra de ordem foi parcialmente obedecida graças à solidariedade operária e à ação dos piquetes de greve. Os patrões reclamaram então a intervenção da polícia para "garantir o direito ao trabalho" dos operários. Os operários começaram a se retirar da greve, as pressões da polícia se fizeram mais fortes e pouco a pouco o trabalho foi retomado sem que se tivesse dado satisfação às reivindicações e sem que a solidariedade operária tenha sido acrescida".⁴¹ Vemos aí a atuação do "Centro Socialista". Os operários, sob influência dos trabalhadores mais idosos que tinham participado em primeiro lugar com o patrão, haviam aceitado a redução das horas de trabalho. Possivelmente sob influência do "Centro Socialista" é que tenham voltado atrás e entrado em greve. Do relato acima fica claro que o "Centro Socialista" teve êxito parcial, conseguindo estender o movimento a outras fábricas, numa greve de solidariedade. Contudo, não conseguiu *manter* a greve desencadeada num momento pouco propício de superprodução, e impedir que a solidariedade dos trabalhadores fosse

(41) *Loc. cit.*, p. 57.

rompida. "A continuação do movimento — indica Fernando Henrique Cardoso — revelou a fragilidade da organização, a fraqueza da influência dos núcleos socialistas e a incapacidade de formular reivindicações adaptadas à situação industrial brasileira. Os operários da fábrica João Adolpho foram os primeiros a não compreender a significação desta greve de solidariedade. Depois de terem aproveitado a ajuda moral e material dos outros operários, eles abandonaram a greve, como mostra esse trecho da imprensa (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15-2-1897): "Nós nos impusemos uma taxa de 5% sobre nosso salário mensal para vir em ajuda de nossos companheiros em greve em outras fábricas. Mas retomamos alegremente o trabalho quando alguns desses companheiros, pelos quais entramos em greve, e com os quais partilhamos nossos salários, foram oferecer seu trabalho às fábricas que estavam fechadas"⁴²

Focalizando as funções dessas associações operárias de outro ponto de vista, parece que além das *funções manifestas* de propagação das ideologias socialistas e de defesa dos interesses profissionais do proletariado, tais centros, clubes e ligas desempenharam também as *funções latentes*⁴³ de centros recreativos, atendendo as necessidades de lazer, divertimento e sociabilidade dos trabalhadores imigrantes que não tinham acesso aos poucos locais e instrumentos de diversão que a sociedade punha à disposição apenas das camadas superiores. A difusão dos meios de cultura e recreação de massas (cinemas, clubes, atividades esportivas, rádio, televisão etc.), não atingem ainda no Brasil as populações rurais e as populações marginalizadas e subempregadas dos arredores das grandes cidades, mas este não é o caso para o proletariado urbano, especialmente para seus estratos profissionalmente mais qualificados. O desenvolvimento da cultura de massa e dos processos que conduzem à padronização das formas de sentir, pensar

(42) *Loc. cit.*, p. 58.

(43) Por funções manifestas entendendo as "conseqüências objetivas para uma unidade especificada (pessoal, subgrupo, sistema social ou cultural) que contribuem para seu ajustamento ou adaptação e tem *esse fim explícito*"; por funções latentes estamos entendendo "as conseqüências da mesma ordem que *não são intencionais nem estão reconhecidas*". Robert K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, cap. I, "Manifest and Latent Functions", The Free Press of Glencoe, Illinois, 1949, p. 63. Sublinhado por nós.

e agir pôs fim à razão de ser das funções latentes dessas associações. Além do declínio da força de atração do apêlo doutrinarista socialista e anarquista, do aparecimento de outras organizações mais aptas a defender os interesses do proletariado, houve a diminuição das diferenças de hábitos, padrões de comportamento e aspirações existentes entre as diversas camadas sociais, e a ampliação das oportunidades de participação política e social do trabalhador na vida nacional, fatores que estão conduzindo ao rompimento do *isolamento* da classe operária com relação à sociedade global, isolamento que levava à criação desses centros socialistas com funções educativas e à tentativa de desenvolvimento de uma "cultura operária" autônoma. De um lado, embora determinados bens de consumo conspicuo e de lazer estejam obviamente fora do alcance das camadas assalariadas inferiores, a jovem operária lê hoje as mesmas histórias românticas e sentimentais que a jovem escriturária, assiste aos mesmos filmes, dança as mesmas músicas em voga que as jovens das camadas superiores; as famílias operárias assistem aos mesmos programas de televisão; o operário qualificado aspira para seus filhos (ainda que as dificuldades para a concretização dessa aspiração sejam consideravelmente maiores) às mesmas profissões que o funcionário público ou o técnico de uma grande empresa. De outro lado, os contatos da classe operária com as demais classes são mais estreitos e intensos: as lideranças, por exemplo, são recebidas por governantes, participam de reuniões, comícios e atos públicos ao lado de representantes do Governo, políticos e militares, têm assento em comissões governamentais relacionadas a problemas trabalhistas, são representadas na Justiça do Trabalho, dialogam com os empresários etc. Está claro que esse processo não implica no desaparecimento da especificidade das reivindicações operárias mas transforma o seu conteúdo e suas vias de realização; particularmente, faz com que suas exigências sociais, políticas e profissionais se orientem no sentido de incrementar sua participação na cultura global e faz refluir as tendências que estimulavam a reclusão do proletariado ante a sociedade inclusiva.

Em páginas anteriores fizemos referência à inexistência de dados sobre o número de aderentes às ligas operárias e anarquistas. Se nesse caso não temos informações suficientes, alguns dados existem com relação a outras associações políticas

que podem dar alguma idéia, ainda que vaga, sobre a força numérica das organizações de "esquerda" nas primeiras décadas deste século.

Em 1902, em São Paulo, realizou-se o II Congresso do Partido Socialista Brasileiro ⁴⁴. Dele participaram 44 delegados, sendo 29 de São Paulo. Vieram representantes do Pará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais e de Poços de Caldas. Os de São Paulo, a julgar pelos nomes, eram todos italianos ou descendentes. O programa, amplo e minucioso, publicado em *O Estado de S. Paulo* de 28 de agosto daquele ano, compunha-se de reivindicações e exigências imediatas, de cunho "reformista", a serem alcançadas dentro do regime. Ainda assim, tendo em consideração as condições gerais da sociedade brasileira, a maior parte do programa era inteiramente inexecutável. O preâmbulo dizia, entre outras coisas: "Não será com panacéias, sob o título de monarquia, que é essencialmente burguesa, ou de república, como a que temos, que se não de empreender e levar a termo as reformas de que o povo carece, especialmente na ordem econômica, para o seu bem-estar. Estas reformas só podem provir, com o mínimo possível de comoções violentas, do socialismo, que se faz representar pelo partido ora em adiantada reorganização, e para o qual devem concorrer tôdas as pessoas de sentimentos e de razão bem equilibradas, capazes de compreender e querer realizado o ideal da perfectibilidade nas agremiações humanas, em que todos sejam por um, e um seja por todos". Eis algumas das disposições contidas no programa: impôsto direto e proporcional sobre a renda; abolição dos impostos indiretos e especialmente dos de consumo e de alfândega; trabalho permanente de qualificação eleitoral e demais reformas que facilitem a ação eleitoral; horário máximo de 8 horas de trabalho para os adultos, de 6 para os menores de 14 a 18 anos, e proibição do trabalho de menores de 14 anos; descanso obrigatório de 36 horas contínuas, ou dia e meio por semana;

(44) As referências ao II Congresso do Partido Socialista são frequentes mas não há notícias mais pormenorizadas do I Congresso. Herminio Linhares faz referência a um Congresso Socialista realizado no Rio em 1892 cuja relação com o II Congresso efetuado em São Paulo não sabemos qual seja. "Em 1892 houve o I Congresso Socialista Brasileiro, realizado no Rio. Pretendia reunir o proletariado em partido político do tipo trabalhista ou social-democrata. Nada restou de positivo." *Op. cit.*, p. 38.

responsabilidade penal e civil dos patrões nos acidentes de trabalho; supressão do exercício permanente e amarramento geral do povo; reconhecimento do direito de cidadãos brasileiros a todos os estrangeiros que tenham um ano de residência no país; instrução gratuita e obrigatória para todos os menores até 14 anos, ficando a cargo do Estado ou das municipalidades, nos casos em que seja necessário, a manutenção dos educandos; revogabilidade dos representantes-eleitos, no caso de não cumprirem o mandato popular; regulamento higiênico do trabalho industrial e limitação do trabalho noturno aos casos indispensáveis; proibição do trabalho das mulheres quando haja perigo para a maternidade e inconvenientes para a moralidade; separação efetiva da Igreja do Estado; adoção de uma lei de "divórcio" com "a dissolução de todos os vínculos; impêto progressivo sobre herança, até sua completa extinção; igualdade política para os dois sexos; neutralidade absoluta do Estado nos conflitos entre o Capital e o Trabalho; reconhecimento do direito da maioria nas greves; pensão aos inválidos e a todos os operários com mais de 60 anos de idade; obras públicas confiadas às sociedades cooperativas de trabalhadores; absoluta proibição do pagamento de salários em gêneros de consumo; proibição da exploração de qualquer jogo, inclusive as loterias; médico, farmácia, luz e água, gratuitamente para o povo, por conta dos municípios.

Qual o destino desse partido socialista que os fundadores informavam estar em fase de "adiantada reorganização"? Segundo informa Antônio dos Santos Figueiredo, "efêmera foi a existência do Partido. Aos dirigentes faltou, desde logo, aquêl entusiasmo salutar, que leva os indivíduos ao sacrifício. Houve inúmeras eleições, e elles não disputaram uma só cadeira. Não fundaram jornais: o único que teve vida, e essa passageira, foi o *Avanti!*, redigido em italiano. Um ano, se tanto, e o partido era fumo. Nada havia que denotasse sua ação, sua vigilância. Por que o fracasso? Vieram cedo à arena. A grande massa de imigrantes ainda tinha ilusões acêca das promessas dos agricultores. (...) Depois, muitos dos signatários, percebendo que a semente não caíra em solo fértil, foram-se aburguesando. Facilmente adquiriram os hábitos dos naturais, e compreenderam que, sem canseiras e vigílias, facilmente acumulariam fortuna. Viam gente enicar da noite para o dia, com o mínimo esforço. Como a lavoura não era uma esperança, entraram para o comércio, e alguns montaram

fábricas, com pequenos capitais. Em boa hora o fizeram; as suas casas prosperaram rapidamente. Sem saber como, vieram-se ricos, com conforto e influência".⁴⁵

Anteriormente, em 1895, no Rio, tinha havido outra tentativa de formação de um Partido Socialista Operário, que teve também vida efêmera. Compareceram à reunião de fundação cerca de 400 delegados.⁴⁶

Depois de 1902, outros "partidos" socialistas foram fundados, todos de curta duração, desaparecendo sem deixar marcas mais profundas de sua existência. De todas as agremiações, associações e partidos criados antes de 1930 o único que logrou assegurar a sua continuidade e se transformar num partido nacional foi o Partido Comunista, fundado em 1922. Formado por um pequeno grupo de militantes originários do anarquismo, permaneceu durante muitos anos confinado à fase de *grupo de propaganda*, como ilustra a descrição que Herminio Linhares nos oferece de seu processo de formação, a qual transcrevemos integralmente: "Nasceram... em fins de 1921, os primeiros grupos comunistas brasileiros. Antes, já existiam pequenos grupos simpatizantes, sobressaindo, dentre eles, o Centro Maximalista de Porto Alegre, fundado em 1919; em 7-11-1921 foi fundado, na Rua do Senado, o Centro Comunista; em 1921, eles se organizaram com o objetivo precípuo de promoverem a fundação do Partido Comunista do Brasil, de acódo com as 21 condições de admissão da III Internacional. Depois de cerca de 5 meses de sessões preparatórias realizou-se nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, o I Congresso do Partido Comunista, com a presença dos delegados dos grupos comunistas existentes. Eram ao todo 9 delegados que representavam grupos do D. Federal e dos Estados do Rio, São Paulo, Pernambuco e R. G. do Sul. Com uma única exceção, o alfaiate Manoel Cendon, que era socialista, os demais eram militantes ativos do movimento anarso-sindicalista, alguns com mais de 10 anos de lutas operárias. Apenas dois eram intelectuais; dos outros: 2 eram alfaiates, 1

(45) Antônio dos Santos Figueiredo, *A Evolução do Estado no Brasil*, Empr. Indust. Gráf. do Porto, Porto, 1926, pp. 169 e 170. Os trechos do programa que transcrevemos foram extraídos da mesma obra. Referências a esse congresso socialista encontram-se igualmente em Abguar Bastos, *Previsões e a Revolução Social*.

(46) Cf. Herminio Linhares, *op. cit.*, p. 43.

tipógrafo, 1 vassoureiro, 1 electricista, 1 barbeiro, 1 operário em construção civil (...). A reunião desses militantes deu-se na pequena sala de visitas de uma casa de residência de Astrogildo Pereira. (...) A ordem do dia foi a seguinte: a) Exame das 21 condições para a admissão do Partido na Internacional Comunista; b) Estatuto do Partido; c) Eleição da Comissão Central Executiva; d) Ação pró-flagelados do Volga; e) Assuntos vários".⁴⁷

Em 1928 o PCB — que de todas as organizações de esquerda do Brasil foi a única que indiscutivelmente logrou mais êxito e conseguiu atravessar o período do Estado Novo — não possuía mais do que 500 membros e, em 1930, pouco mais de mil.⁴⁸

As organizações políticas operárias — anarquistas, socialistas e comunistas — não conseguiram, assim, se transformar em organizações de massa, influenciando apenas minorias, sem terem condições de emprender nenhum movimento revolucionário.⁴⁹ A violência das críticas ao sistema capitalista não passou de uma violência verbal de literanças que não chegaram a apreender as vias singulares do processo de transformação social e de constituição de uma sociedade industrial no Brasil e suas conseqüências para as lutas sociais e operárias. A insistência nos temas habituais do movimento socialista europeu, transportados mecânicamente para o meio social e econômico brasileiro, contribuiu para afastá-las dos novos contingentes de trabalhadores que o prosseguimento da industrialização incorporava à vida urbana e fabril. A reorganização dos sindicatos pelo Governo e a instauração do Estado Novo contribuíram para aumentar o hiato entre as velhas lideranças e a nova classe operária.

(47) *Op. cit.*, pp. 84 e 85. Segundo Astrogildo Pereira, "os comunistas brasileiros inscritos nos diversos grupos representados no congresso de 1922 somavam um total de 73 membros". *Formação do PCB*, Vitória, Rio, 1962, p. 46.

(48) *Op. cit.*, p. 88.

(49) A única tentativa de tomada do poder, como é sabido, foi feita pelo Partido Comunista através da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Não chegou a ser uma insurreição operária ou um movimento popular de massas. A revolta, logo alafadada, limitou-se a uma sublevação militar, com todos os traços das quarteladas "venenistas".

2. Os conflitos sociais

A fraqueza dos movimentos socialistas e anarquistas, sua marginalidade e isolamento, lhes conferiam em diversos períodos, relativa liberdade de pregação doutrinária. Naturalmente, as camadas superiores agrárias, habituadas aos padrões autoritários que pautavam seu relacionamento com a população pobre do campo, não aceitavam como legítima nenhuma forma de participação política autônoma das classes inferiores, quaisquer que fossem seus conteúdos, nem tampouco mostravam qualquer inclinação a aceitar reivindicações que não fossem conduzidas em termos das solicitações mais humildes, dentro das normas paternalistas que deveriam regular os contatos entre superiores e inferiores. Nesse sentido, não demonstravam nenhuma tolerância com relação às ideologias e aos movimentos anarco-sindicalistas. Porém, esses movimentos de crítica social, de um lado, eram demasiadamente marginais e o número de aderentes tão minúsculo para que sua presença parecesse colocar em risco a estabilidade da ordem social. Por outro lado, a marginalidade do proletariado correspondia a marginalidade da burguesia industrial, que não dispunha dos instrumentos de poder, controlados pelas velhas famílias⁵⁰.

Ante a questão social, a conduta das camadas dominantes tradicionais, compartilhada em grande parte pelos empresários industriais, oscilará entre o alheamento e a repressão violenta, quando os conflitos se tornam mais extremados. Como o anarco-sindicalismo, predominante entre os setores militantes do operariado, preconizava a abstenção à atividade política, o campo para os choques com as camadas superiores irá se confinar ao terreno fabril. Nessas ocasiões, a repressão

(50) "... como a industrialização não havia ainda produzido todos os seus efeitos fundamentais, os instrumentos do poder se encontravam nas mãos da burguesia agrário-comercial tradicional, que não estava em condições de agir de conformidade com as exigências da situação. Como essa classe se encontra vinculada a uma outra estrutura econômico-social, como era em boa parte um prolongamento da estrutura agrária no meio industrial em formação, ela não estava em condições de desenvolver um comportamento político, em face do operariado, segundo os requisitos internos de um sistema capitalista industrial." Octávio Ianni, *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*, cap. IX, "Transformações do Comportamento Político Operário", Editora Civilização Brasileira, Rio, 1963, p. 116.

far-se-á mais forte, unindo a nova classe dos industriais e as velhas famílias. Mas fora desses momentos, principalmente nos primeiros anos do século, quando os centros operários se limitavam às tarefas de propagação, relativa liberdade lhes seria outorgada. Os jornais operários, as associações profissionais e as ligas socialistas e anarquistas puderam, assim, existir abertamente, organizando passeatas e *meetings*, como as manifestações pacíficas a que nos referimos mais atrás. Inclusive durante a greve geral de São Paulo, os anarquistas do Rio de Janeiro, em plena crise, realizaram várias passeatas e mesmo um comício de solidariedade nas escadarias do Teatro Municipal sem que fossem molestados. Narra Everardo Dias que "podiam ser feitos comícios e reuniões, embora em locais fechados, mas podiam ser levados a efeito e isso era o principal. A propaganda e a difusão de idéias não encontrava empecilhos perturbadores, tanto na Capital como no Interior. Inúmeras conferências públicas foram assim levadas a efeito e desta forma as doutrinas socialistas se difundiam e tomavam incremento intenso pelos debates que depois se estabeleciam com elementos contrários ou partidários do individualismo e da organização presente — o *laissez-faire* — baseada no sistema capitalista"⁵¹.

De igual modo, a imprensa operária não encontrava por parte dos Poderes Públicos e da legislação maiores obstáculos para sua publicação, como provam os vários jornais que circularam na época. As centrais sindicais, como a Confederação Operária Brasileira e a Confederação Geral do Trabalho, existiram sempre à luz do dia, e os diversos congressos operários realizaram-se publicamente sem interferência da polícia.

A violência que se exerceu contra o movimento operário foi mais uma violência esporádica e desorganizada do que generalizada e constante. A repressão, como notamos, se fazia mais intensa nos momentos de greves. Nesses casos, ainda que a legislação não vedasse expressamente o funcionamento das associações e da imprensa operárias, eram freqüentes as incursões policiais às sedes e locais de reunião, o empateamento de jornais etc. As lideranças operárias eram perseguidas, e os ativistas estrangeiros, com base na lei Adolfo Gordo, podiam ser deportados, como foi o caso, entre outros, de Vicen-

(51) *Op. cit.*, p. 59.

zo Vaciria, diretor do *Avanti!* que, expulso do Brasil, acabou elegendo-se deputado pelo Partido Socialista Italiano.

Os relatos sobre a história do movimento operário brasileiro estão repletos de referências não só às arbitrariedades policiais contra as associações operárias como também à violência que teria marcado os conflitos trabalhistas no período em que as primeiras manufaturas e fábricas começaram a se instalar no país. Sem diminuir a magnitude de tais conflitos, é indubitável que eles não atingiram a extensão e a virulência dos que ocorreram nas nações em que a industrialização fez sua irrupção em ritmo mais rápido e sensivelmente mais amplo do que nas áreas de desenvolvimento retardatário. Dois fatores concorreram para isso. O primeiro diz respeito aos resultados do "efeito de demonstração" no plano das instituições políticas e jurídicas. Tendo-se em conta o atraso da economia brasileira, pode-se dizer que a implantação de um sistema democrático, inspirado no das nações adiantadas, se deu relativamente mais cedo entre nós. A industrialização no Brasil, quando se torna mais do que uma simples técnica de fabricação de utensílios, isto é, quando se torna um processo econômico (e *social*) capaz de modelar um modo de vida, uma constelação de valores e de se contrapor vigorosamente ao sistema sócio-econômico anterior, se faz sob o signo de uma *democracia social* (ou uma *democracia de massas*, como diz Touraine⁵²), contrariamente à industrialização dos países europeus que se efetou sob a égide das concepções liberais e individualistas. As elites dirigentes brasileiras, imbuídas da idéia de progresso, dispuseram desde logo de um modelo de legislação social que trazia a chance da das nações civilizadas. Em certo sentido, o estabelecimento do sistema de representação democrática se efetou prematuramente no Brasil tradicional e agrário. Foi, desse modo, praticamente inexistente, ou muito curto, o período em que o proletariado teve que se bater pelo direito de voto, de associação profissional, pelo direito de cidadania, enfim. *Essas circunstâncias permitiram às camadas assalariadas meios de pressão política dentro das instituições vigentes muito mais rapidamente do que o proletariado europeu.* Não devemos esquecer que na própria Inglaterra, por exemplo, onde as instituições democráticas alcan-

(52) Alain Touraine, "Industrialisation et syndicalisme au Brésil", em *Ouvriers et Syndicats d'Amérique Latine*.

çaram um aperfeiçoamento reconhecidamente superior ao da maioria dos países do continente, até 1832 o sistema de representação política era bastante antidemocrático, impedindo a maioria da população de exercer o direito de voto. A reforma desse ano estendeu o sufrágio à classe média, mas não aos trabalhadores agrícolas e industriais, apesar dos esforços do movimento carista. Durante longos anos, a luta em prol da democratização do sistema eleitoral britânico absorveu os esforços do proletariado⁵³. A reforma de 1867 concedeu o direito de voto aos operários mas as camadas mais pobres continuaram impedidas de votar. Só em 1918 foram abolidas tôdas as antigas exigências de propriedade e de renda para a aquisição do *status* de eleitor, mas aos possuidores de instrução universitária se outorgava o privilégio de um segundo voto, bem como aos que possuísem propriedades para fins comerciais em outro distrito que não fosse o de sua residência.

Em segundo lugar, a industrialização intensificou-se no Brasil quando os países desenvolvedores já tinham elaborado uma legislação social que protegia o trabalhador e passavam a pôr em prática um conjunto de procedimentos e de técnicas de atenuação dos conflitos. As lutas operárias e os choques sociais que envolveram trabalhadora e empresários antes que uma legislação trabalhista mais elaborada passasse a ser aplicada entre nós, dada a posição subalterna que a indústria ocupava no complexo econômico, não alcançaram, pois, a magnitude dos que ocorreram nos países fortemente industrializados. No Brasil, as ocupações de fábrica, os atentados, a utilização da dinamite, o terrorismo, o boicote, a violência e a antiviolença, comuns nos embates entre operários e empresários nos primórdios da industrialização, não chegaram a se transformar em práticas habituais: a violência contida nos pressupostos programáticos e nas ideologias revolucionárias não podia se converter numa *praxis* revolucionária.

Nem por isso foram poucos os conflitos registrados nesse período. As péssimas condições de trabalho⁵⁴, os baixos sa-

(53) Cf. G. D. H. Cole, *A Short History of the British Working-Class Movement, 1789-1947*, George Allen & Unwin Ltd., Londres, 1948 e Édouard Dolléans, *Histoire du Mouvement Ouvrier*, Librairie Armand Colin, Paris, 1953, 1.º vol.

(54) Eis alguns trechos do relatório sobre as condições de trabalho de algumas fábricas da indústria têxtil paulista: "Como a fábrica precedente, o número de máquinas e de seções foi aumentando sem

lários, as longas jornadas de trabalho, o alheamento à que se viam relegados os trabalhadores, o autoritarismo dos proprietários, estimulavam a eclosão de movimentos grevistas que, na ausência de mecanismos de arbitragem, e ante a intransigência dos empregadores, tendiam a assumir o caráter de revolta contra a ordem social capitalista. Dêles, indubitavelmente, o mais importante foi a greve geral de São Paulo de 1917 que ameaçou transformar-se num levante operário, menos pelos objetivos colimados do que pela amplitude, pelo número de operários envolvidos, pela violência das manifestações que paralisaram quase inteiramente a cidade de São Paulo por vários dias.

3. A greve geral de 1917

As agitações operárias tiveram seu foco inicial na greve desencadeada no Cotonifício Crespi, em junho desse ano. Os trabalhadores, cerca de dois mil, exigiam aumento de 20%

que o fôsse também o edifício. Daí o número elevado de acidentes (...). As paredes, soalhos e forros parece não terem sido renovados depois da construção do edifício, tal o estado em que se acham atualmente. Os W. C. (designados para cada sexo) são colocados em um mesmo local. Os operários, ao entrarem para o serviço, por falta de lugar apropriado, são obrigados a mudarem suas vestes no próprio lugar em que trabalham em comum. "Entre os 374 operários recensados, a nacionalidade predominante é a italiana, vindo em seguida a espanhola e depois a brasileira; dos brasileiros, 44 são menores de 12 anos. Esqueléticos, raquíticos, alguns O tempo de trabalho varia para as secções de 11 horas e meia a 12 horas por dia." "Possui esta fábrica, entre outros maquinismos: 3 máquinas Diabo, 2 Willhof, 3 cardas e 2 batadeiras. Destas máquinas, as duas primeiras são de manejo perigosíssimo (...); possuem grande número de correias, correntes e engrenagens que, ao menor descuido do operário, o transformam num aleijado. Em princípios do corrente mês (...) deram-se dois desastres, tendo sido vítimas duas pessoas. Uma delas teve um dos braços arrancado e a outra perdeu o antebraço quando lidavam com essas máquinas. Ocorrências de menor importância são quase que frequentes." (...) "A par do perigo das máquinas, a matéria-prima (...) é de uma imundície sem nome. O seu manejo faz depender tal quantidade de pó que sufoca as pessoas não habituadas ao serviço." "Funcionando dia e noite esta fábrica ocupa 60 operários, que se empregam 10 horas seguidas num trabalho sem hi-giene e cheio de perigos (...). Quase todos fazem, extraordinariamente, mais três horas de serviços por dia." "Condições de Trabalho na Indústria Têxtil de São Paulo", *loc. cit.*, *passim*.

em seus salários. A empresa recusou-se a atender a pretensão dos grevistas e a parede prolongou-se por vários dias. A ela aderiram os empregados da Companhia Antártica e do Cotonifício Mariângela e a greve logo se estendeu a outras fábricas. A 12 de julho encontravam-se em greve 15 mil operários. Dois dias depois, esse número subia para 40 mil e o movimento começou a alcançar as cidades do interior, notadamente Santos, Campinas, São Bernardo etc.

Os trabalhadores reivindicavam aumento geral de salários e medidas contra a carestia, além da garantia do direito de associação e a liberdade dos grevistas presos.

Em 11 de junho, os representantes das ligas operárias e das associações políticas-anarquistas e socialistas, reunidos no "Centro Germinal", resolveram unificar-se, criando o "Comitê de Defesa Proletário". Apresentaram, a seguir, as seguintes reivindicações: "1.º) Que sejam postas em liberdade todas as pessoas detidas por motivo de greve; 2.º) Que seja respectado de modo mais absoluto o direito de associação dos trabalhadores; 3.º) Que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente do movimento grevista; 4.º) Que seja abolida de fato a exploração do trabalho de menores de 14 anos, nas fábricas, oficinas etc.; 5.º) Que os trabalhadores com menos de 18 anos não sejam ocupados em trabalhos noturnos; 6.º) Que seja abolido o trabalho noturno das mulheres; 7.º) Aumento de 30% nos salários inferiores a \$800 e de 25% para os mais elevados; 8.º) Que o pagamento dos salários seja efetuado pontualmente, cada 15 dias, e o mais tardar, 5 dias após o vencimento; 9.º) Que seja garantido aos operários trabalho permanente; 10.º) Jornada de 8 horas e semana inglesa; 11.º) Aumento de 50% em todo trabalho extraordinário. Além disso, que particularmente se refere às classes trabalhadoras, o "Comitê de Defesa Proletário", considerando que o aumento dos salários, como quase sempre acontece, possa vir a ser frustrado por um aumento — e não pequeno — no custo dos gêneros de primeira necessidade, e considerando que o atual mal-estar econômico, por motivos e causas diversas, é sentido por toda a população, surge algumas outras medidas de caráter geral, condensadas nas seguintes propostas: 1.º) Que se proceda ao imediato barateamento dos gêneros de primeira necessidade, providenciando-se, como já se fez em outras partes, para que os preços, devidamente reduzidos, não possam ser alterados pela interven-

ção dos acambarcadores; 2.º) Que se proceda, se necessário, à requisição de todos os gêneros indispensáveis à alimentação pública, subtraindo-os, assim, ao domínio da especulação; 3.º) Que sejam postas em práticas imediatas e reais medidas para impedir a adulteração e falsificação dos produtos alimentares, falsificação e adulteração até agora largamente exercitadas por todos os industriais, importadores e fabricantes; 4.º) Que os alugueis das casas até 100\$000 sejam reduzidos de 50%, não sendo executados nem despejados, por falta de pagamento, os inquilinos das casas cujos proprietários se opõem àquela redução”⁵⁵

Esses tópicos, em si, nada tinham de revolucionários. Parte da grande imprensa, embora fizesse restrições aos “excessos”, apoiava os grevistas, como indica esse comentário de *O Estado de S. Paulo* (12 de julho) quando o movimento se iniciava: “Estão em greve presentemente, nesta capital, cerca de 15 mil operários e, à hora em que escrevemos, nada faz prever que esse número decresça tão cedo (...). Ontem, como em todos os dias, fomos procurados por numerosos grupos e comissões de operários que nos vinham comunicar suas queixas e as resoluções, a que sempre temos dado franco acolhimento (...). Esta queixa — não se pode deixar de considerá-la — é muito justa (...). É verdade que a situação do operariado, em São Paulo, presentemente é, em geral, péssima. Para assim nos pronunciarmos, não é preciso que procedamos a nenhum inquérito sobre o regime de salários e sobre o trem de vida de nossos trabalhadores (...). A carência, entre nós, é terrível, e toda a população se queixa, toda gente que não tem grandes capitais acumulados não vive senão a lamentar-se. Os preços de todos os gêneros mais necessários duplicou, triplicou, quadruplicou; os recursos não têm feito senão restringir-se”.

Entretanto, o que assombrou e causou pânico, não foram as exigências do Comitê de Defesa Proletária mas a amplitude do movimento grevista, a agressividade dos trabalhadores, como se nota pelo noticiário de *O Estado de S. Paulo*, de onde extraímos os trechos abaixo:

“Pelo Largo da Concorórdia, passava um carroção do Moimbo Camba, conduzindo sacos de trigo. Apesar de estar aquele largo cheio de praças da polícia, a multidão avançou, re-

(55) *O Estado de S. Paulo*, 12 de julho de 1917.

soluta para o carroção, derrubando e espartilhando os sacos de farinha. Apareceu logo um contingente de cavalaria que fez carga contra o povo. Houve então um conflito, sendo o povo dispersado. Momentos depois, todas as casas comerciais fecharam suas portas. Desde a Praça Senador Moraes Barros até a várzea do Carmo não havia uma só loja de fazenda, nem uma só confeitaria, um só café que se conservasse aberto.”

“Os agitadores, tomando conta de todo o bairro do Brás, conseguiram fazer paralisar por completo a vida comercial e industrial, passando depois a assaltar todos os veículos, causando prejuízos a muitos deles.”

“Às 11,30 h, a Light começou a mandar suspender o tráfego de bondes, de tal modo que, duas horas depois, nem um só elétrico estava em movimento. O mesmo se deu com todos os meios de transportes, desde o mais modesto *tibury* ao mais luxuoso automóvel de garage, sendo completamente paralisado o trânsito de veículos. Descer o que passou ontem, principalmente depois do meio-dia, é tentar o impossível. Os descardeiros vieram para o centro da cidade e forçaram o comércio a fechar. Foram depois para os arrabaldes, ainda os mais afastados, e aí fizeram o mesmo.”

“Às 20 horas, a Av. Rangel Pustana oferecia um aspecto verdadeiramente militar. Os largos da Concorórdia e da Estação do Norte, estavam apinhados de povo, sendo certo que, para evitar um assalto, o Sr. Delegado-Geral fez isolar por completo o pósto policial, empregando para isso tropas da infantaria e cavalaria. Os populares, no entretanto, não ligavam grande importância para o caso, tendo impetos de investir contra o pósto. Em tal situação, seguiram para o Brás quatro metralhadoras que foram colocadas na avenida, em frente ao prédio onde está instalada a 5.ª delegacia” (13 de julho).

No dia seguinte, o mesmo jornal registra que “continua inalterável a situação alarmante que desde há dias existe em São Paulo, podendo-se dizer que a agitação operária está completamente generalizada”. “Os grevistas, tomando conta dos arrabaldes, não permitiram que coisa alguma viesse para a alimentação dos que habitam na cidade, chegando ao ponto de investir contra o mercado livre que ontem se realizava no Bexiga, destruindo o que lá encontraram e provocando a debandada geral” (...). “A polícia, tendo ciência de que em todos os bairros da cidade estavam sendo praticadas depre-

dações, danificando-se carrocinhas de pão, leite, verdura etc., para lá fazia seguir suas forças, sendo enorme o movimento que nesse sentido se fez de tropas durante todo o dia. Em muitas partes, as forças eram valadas, havendo tiroteios entre elas e os populares e numerosas pessoas, fatos esses que se passaram até no centro da cidade."

"As oito horas, a polícia quis dispersar vários grupos que estacionavam no Largo da Sé, mas êles, entrincheirando-se nas obras da nova catedral, conseguiram resistir por algum tempo. Como fôsem pedidos socorros, o Dr. Rudge Ramos, 3.º delegado auxiliar, seguiu para lá com um carro de praça, que teve que seguir velozmente pela Rua Mal. Deodoro, devendo ao tiroteio que os populares faziam contra o carro." (...)

"... as 14 horas, na Av. Paulista, um grupo chefiado por um espanhol, quis assaltar a casa do Sr. Secretário da Justiça, sendo impedido pela força que guardava o prédio."

Notícias como essas saturavam os noticiários dos jornais. Em Santos, a União Geral dos Trabalhadores iniciava uma mobilização geral por aumento de salários. A Federação Operária, no Rio, preparava igualmente um movimento de solidariedade aos trabalhadores paulistas. Nessas circunstâncias, um "Comitê de Imprensa", formado por vários jornais, se colocou como mediador entre patões e empregados, procurando estabelecer as bases para um acôrdo. A greve terminou com uma vitória, parcial dos grevistas, que conseguiram reajustamentos salariais girando em torno de 20%, mas não as exigências relativas ao combate à carestia, em especial o barateamento dos alugueis.

O que chama a atenção na greve geral de 1917 é a descentralização existente tanto entre os trabalhadores como entre os empregadores. O Comitê de Defesa Proletário foi um organismo formado *ad-hoc* pelos diversos centros, ligas, clubes e uniões profissionais e políticos dos operários. Do lado dos proprietários, diversas fábricas negociaram, individualmente, reajustamentos salariais com seus empregados, enquanto outras se recusavam a reconhecer o Comitê de Defesa Proletário. Fica patente a ausência de órgãos de arbitragem e de meios institucionais para a discussão dos problemas trabalhistas. As funções de mediação foram atribuídas ao Comitê de Imprensa, formado ao sabor das circunstâncias e que *sponte propria* se outorgou o papel de árbitro.

O comportamento dos industriais ante as reivindicações operárias expressa tipicamente a atitude que vigorava entre as camadas empresariais e que, em certa medida, ainda vigora atualmente. Os empregadores adotaram uma posição de força. Não procuraram a conciliação, esperando vencer o movimento grevista, recusando-se a reconhecer o Comitê de Defesa Proletário como interlocutor. Ante a intransigência patronal, os trabalhadores reagiram violentamente, e o movimento de reivindicação salarial assumiu um cunho quase insurrecional.

Quais as consequências dessa greve que foi, senão a maior em numero de grevistas, certamente a mais importante em toda a história do movimento operário brasileiro? Desde logo, ela serviu para alertar os Poderes Públicos para a urgência da aplicação de medidas mais adequadas de proteção ao trabalhador industrial. Algumas empresas, imediatamente após o término da greve, iniciaram uma campanha para a criação de cooperativas de consumo, visando o barateamento dos gêneros alimentícios, mas uma legislação trabalhista mais complexa só viria a concretizar-se na década de 1930.

Do ponto de vista da organização sindical, não cremos que a greve tenha propiciado um "salto qualitativo". Do Comitê de Defesa Proletário, é verdade, surgiu mais tarde a Federação Operária, reorganizada posteriormente, mas não temos indicações que o movimento tenha conduzido a um significativo fortalecimento das associações operárias. A greve de 1917 não foi o resultado de um avanço do sindicalismo ou um movimento organizado com mira a objetivos fixados de antemão mas uma explosão repentina, fruto da convergência de vários fatores, entre os quais a carestia e, possivelmente, as repercussões da revolução russa. As próprias lideranças operárias, ainda que procurassem aproveitar a greve, foram tomadas de surpresa, tanto quanto os empregadores e o governo, como indica a formação apressada, e quase espontânea, do Comitê de Defesa Proletário. Mais do que um signo de maturidade do sindicalismo, a greve paulista foi o signo do desespêro e das péssimas condições de vida do proletariado. A falta de estruturas sindicais mais sólidas e de um enquadramento organizatório do proletariado, iriam refletir-se no término da greve. Tal como se iniciara a paralisação do trabalho, houve um paulatino retorno dos grevistas às suas empresas, sendo que muitas delas continuaram por certo tempo recusar-

do-se a cumprir os acórdos estabelecidos por intermédio do Comité de Imprensa.

4. *As associações profissionais*

O sindicalismo brasileiro passou aproximadamente pelas mesmas fases de movimento associativo europeu, talvez com a particularidade que era dada pela presença das várias colônias de imigrantes, que constituem por vezes associações próprias, limitadas a trabalhadores de uma mesma nacionalidade.

As primeiras organizações de trabalhadores, no Brasil como na Europa, repousaram em bases territoriais⁵⁶. Esse tipo de associação reúne trabalhadores de diversas profissões e o traço comum que os une — além do que decorre da situação de operários — é dado pela proximidade geográfica. Aziz Simão classifica essas associações de *sindicatos profissionalmente indiferenciados*. Essa forma de associação — observa — “apareceu algumas vezes com seu quadro social explicitamente res-trito a trabalhadores de um dado grupo étnico. Seus membros se definiam pela dupla posição marcada, pela estratificação social e pela constelação de nacionalidades presentes no quadro demográfico. Representaram esta variedade da espécie sindical considerada o Circolo Operário Italiano, no fim do século passado, e, no começo deste, a Liga Operária Italiana e a Associação Geral dos Trabalhadores, constituída por alemães”⁵⁷.

Mallet, no entanto, pensa que dificilmente essa fase poderá ser classificada como a da organização propriamente sindical. “Influenciados pelos clubes políticos que apareciam em

(56) “Na Inglaterra, a *Grand National Consolidated Trade Union* de Robert Owen constituiu-se a partir de assembleias locais. Todos os movimentos dos anos 1830 e 1840 nos Estados Unidos, na Inglaterra e, na medida em que aparecem com a revolução de 1848, na França e, na Alemanha, são antes de mais nada movimentos locais. Mais tarde, por volta de 1880-1890, a organização mais importante nos Estados Unidos, a dos Cavaleiros de Trabalho, é uma Federação de grupos territoriais, enquanto, na França, o movimento territorial das Bóias de Trabalho, estimulado por Pelloutier, está em igualdade ao menos com relação ao movimento profissional”. Michel Crozier, “Sociologia del Sindicalismo”, em *Tratado de Sociologia del Trabajo*, p. 178. Sublinhado no original.

(57) Aziz Simão, *O Sindicato e o Estado*, pp. IV-15.

quase todos os lugares sob a influência do modelo jacobino e seitas de companheiros, esses agrupamentos operários se compõem tanto de artesãos (*artisans faconniers*) e de operários a domicílio como de operários propriamente ditos”⁵⁸. Pelo que nos interessa, limitemo-nos a assinalar que as associações estruturadas em bases locais constituíram as primeiras formas organizatórias que, no Brasil, mais se aproximam dos sindicatos isto é, que se propunham a defesa dos interesses dos trabalhadores ante os proprietários, empreendendo ações reivindicativas e ultrapassando o âmbito de associações de ajuda mútua⁵⁹. Esse tipo de associação agrupava trabalhadores de diversos ofícios e é típica de uma fase de produção para o mercado ainda incipiente, prévia à constituição das grandes unidades fabris. Dada a inexistência de um proletariado mais numeroso e de uma diversificação avançada do parque industrial, as uniões de trabalhadores, não podendo se apoiar numa massa profissionalmente homogênea, estruturam-se de modo a permitir o ingresso de trabalhadores manuais das mais diversas profissões. Esse tipo de organização que tem como base a proximidade geográfica — na medida em que seus membros não estão ligados por interesses comuns que adêem de exercício de uma mesma profissão mas pela condição geográfica de trabalhadores — exige pura e simplesmente um alto grau de integração ideológica, alimentada pela animosidade geral à sociedade global e ao regime capitalista que os privava progressivamente da posse dos instrumentos de trabalho.

(58) Serge Mallet, *op. cit.*, p. 31.

(59) As primeiras associações operárias foram as Associações de Socorro Mútuo. Aziz Simão, notícia a existência de três associações desse tipo já em 1873 formadas por membros da colônia alemã. O mesmo autor observa que pelo menos 19 mutuais operárias foram criadas entre 1872 e 1900, e mais 25 entre essa data e 1917, e 14 de 1915 a 1929. Não procuravam, porém, melhorar a situação de trabalho dos seus associados, nem pleiteavam aumentos de salários. Eram associações de proteção ao trabalhador fora do local de produção. Desse prisma, as associações mutualistas eram inteiramente passivas e não podem ser consideradas como verdadeiras precursoras dos atuais sindicatos. No Brasil, algumas dessas associações de socorro mútuo impunham restrições de ordem étnica, profissional ou religiosa aos interessados; outras eram compostas por membros das diversas colônias de imigrantes, ou por trabalhadores de um mesmo ofício ou de uma mesma religião. (Para maiores informações sobre essas formas associativas, consulte Aziz Simão, *op. cit.*, cap. IV, “A Organização Sindical”.)

O passo seguinte no tipo de associação foi o *sindicalismo por ofício*, *sindicalismo profissionalmente diferenciado*, na classificação de Aziz Simão. A organização sindical agrupando os trabalhadores de um mesmo ofício existiu em todos os países, cedendo lugar, posteriormente, à organização sindical que reúne trabalhadores por indústria. Nos Estados Unidos, o sindicalismo por ofício vigorou praticamente sozinho com a *American Federation of Labor* até 1936, quando o *Congress of Industrial Organization* passou a organizar os trabalhadores não qualificados. Com relação às associações com base territorial, o *sindicalismo por ofício* implica um ulterior desenvolvimento industrial, uma especialização do trabalho fabril e uma divisão social do trabalho mais avançados, ao contrário da organização anterior, mais próxima do período de trabalho artesanal. Agora os laços de solidariedade estabelecer-se-ão menos em relações sociais primárias e mais em relações secundárias, determinadas pelo elemento profissional comum. Além da união que advém da condição geral do trabalhador, a solidariedade se firma em interesses específicos que envolvem os que possuem a mesma profissão e perfazem a mesma tarefa. No Brasil, a expansão do sindicalismo de ofício marchou *pari passu* com a influência anarquista no seio da classe operária. Contudo, a relação da doutrina anarquista com esse tipo de organização parece não ter sido universal. Nos Estados Unidos, por exemplo, a A. F. L. atravessou toda a fase de intensa concentração de capital e formação de empresas gigantes, rejeitando as doutrinas revolucionárias e se pautando, no plano ideológico, pela aceitação do sistema capitalista, reivindicando um sindicalismo puro e apolítico, restrito apenas aos operários qualificados.

A organização sindical por ofício dificulta o aparecimento de uma burocracia sindical, principalmente quando o número de aderentes é pequeno. A quantidade de profissionais e de militantes pagos pelo sindicato é sempre reduzida e seu comportamento é facilmente submetido ao controle da base⁶⁰. Na

(60) O I Congresso Operário Brasileiro "recomendava vivamente às organizações operárias a repulsem as remunerações dos cargos, salvo nos casos em que a grande acumulação de serviços exija perfeitamente que um operário se consagre inteiramente a êle, não devendo, porém, receber ordenado superior ao salário normal das profissões a que pertence. Outrossim, no caso excepcional em que qualquer sociedade tenha necessidade de ter funcionários remunerados, estes, ainda

verdade, trata-se de uma "associação entre iguais", fato que concorre para frear as tendências à burocratização. A formação de uma verdadeira burocracia sindical, assinala Crozier, se dá nas organizações sindicais por indústria. "Nos grandes sindicatos de indústria (...) existe uma burocracia de todo comparável à que pode existir numa administração pública ou privada, quer dizer, implica a subordinação das diversas escalas, a responsabilidade frente aos superiores e a promoção por designação"⁶¹. Cumprir ressaltar que o fenômeno da burocratização aparece ligado diretamente ao crescimento da organização, aumento do número de associados e da complexidade de funções, que exigem a manutenção de um aparato administrativo e técnico, de um corpo de funcionários especializados e permanentes. As pressões "burocráticas" são mais intensas no sindicalismo por indústria, em primeiro lugar, porque este permite agrupar grandes massas de trabalhadores não qualificados, isto é, porque mais facilmente se transforma em organizações de massas. A formação de oligarquias internas e a burocratização, contudo, se manifestam no sindicalismo de ofício, na medida em que esse se expande, se centraliza e que o número de aderentes aumenta como mostra o caso da A. F. L. do Gompers. A pressão mais intensa para a constituição de aparelhos burocráticos no sindicalismo por indústria advém, em segundo lugar, do fato de, agrupando as camadas inferiores do proletariado, estabelecer-se uma diferença muito ampla

quando sócios, não poderão votar nem ser votados; e, para tais cargos remunerados, devem ser preferidos os sócios inutilizados pelo trabalho" (Resoluções do I Congresso Operário Brasileiro — Sobre Organização — Tema 4, p. 11 — Citado por Aziz Simão, *op. cit.*, p. IV-18). É claro que a aplicação dessas recomendações só poderia ser executável a associações com pequeno número de aderentes, em que alguns militantes dedicados, fora das horas de trabalho na fábrica, podem se ocupar com a administração, coisa inteiramente impossível de ser feita nas organizações de massa. Notemos, por outro lado, na resolução acima, a preocupação com manter a solidariedade operária, expressa na recomendação de, quando necessária a presença de cargos remunerados, se preferência, não ao mais capaz e eficiente mas ao impossibilitado para o trabalho. Essas recomendações, além disso, afastam a possibilidade de se ter uma diretoria inteiramente dedicada à atividade sindical. O temor à burocracia e o esforço para manter intacta a integridade moral da liderança — que a remuneração pecuniária poderia macular — arrisca a prejudicar a eficiência.

(61) Michel Crozier, *op. cit.*, p. 180.

entre o *status* dos dirigentes e dirigidos⁶². Os salários dos trabalhadores braçais ou não-qualificados, via de regra, são consideravelmente inferiores aos que percebem os quadros sindicais permanentes. Maiores são também as diferenças educacionais e os conhecimentos gerais que separam a cúpula da massa de aderentes. Esses últimos têm menos condições para acompanhar e controlar as negociações que se efetuam com as empresas e órgãos governamentais, negociações que tendem a ser cada vez mais complexas, exigindo conhecimentos especializados, capazes de fundamentar os argumentos, influenciar a opinião pública, encontrar bases jurídicas, técnicas e econômicas que mostrem que as reivindicações dos operários são exequíveis e convergem nas comissões de arbitragem e os poderes públicos.

No Brasil, a passagem do sindicalismo de ofício para o de indústria completar-se-á na década de 1930, por intermédio da intervenção do Estado que, assim, leva à frente uma tendência universal da organização sindical. Porém, já anteriormente, se encontram no movimento operário indicações de mudanças que se encaminham nessa direção. Ao que parece, a tendência para a formação de sindicatos industriais se fez sentir relativamente mais cedo no Brasil do que na Europa ou nos Estados Unidos, em consequência das condições em que se efetuou a industrialização, já na época da grande empreza. Porém, mesmo assim, associações de ofícios vários e uniões por ofício persistiram por largo período nas atividades econômicas em que a mecanização e a produção fabril em larga escala tardaram mais a penetrar, resistindo por mais tempo a pequena oficina e o trabalho artesanal. Nesses ramos, manteve-se a organização sindical por ofício, como entre os sapateiros, os alfaiates, os canteiros etc. Aziz Simão nota que "em São Paulo, a substituição de um por outro daqueles tipos associativos verificava-se na medida em que alguns sindicatos, particularmente na segunda fase industrial, ampliaram seus quadros do âmbito profissional para o setor econômico como acontecia com as uniões dos operários em fábricas de tecidos e da construção civil. O caso mais expressivo, porém, foi o da União Geral dos Ferroviários, cujos grêmios, desde cedo, já

se constituíam, embora parcialmente, como sindicato de categoria econômica... A notícia de sua reorganização, em 1919, diz que ela, contando com diversos departamentos das várias ferrovias, cuidaria de formar seções em diversas localidades"⁶³.

O sindicalismo por ofício, nos países que iniciaram tardiamente o desenvolvimento industrial, desempenhou um papel secundário e não parece ter encontrado muito campo para sua expansão⁶⁴. No caso brasileiro, tendo em conta as características que cercaram a emergência da sociedade industrial, o sindicalismo por ofício vigorou num período em que a classe operária, muito mais do que na Europa, representava parcela extremamente minoritária da população. O capitalismo industrial aparece, desde logo, sob a grande indústria, sendo o período da produção artesanal e das pequenas manufaturas praticamente inexistente. Quando o proletariado se constituiu como uma categoria social significativa na estrutura da sociedade brasileira o faz no momento em que predomina a organização sindical por indústria.

Outro elemento que caracteriza o sindicalismo brasileiro nas primeiras décadas do século, sobretudo antes da Primeira Guerra, foi sua assimetria e falta de uniformidade organizatória. Ao lado da pluralidade sindical, optava-se, nos diversos lugares e setores econômicos, pelo tipo de associação que fosse mais exequível: união de ofícios vários, sindicatos de ofício, associações agrupando todos os trabalhadores de um dado ramo industrial etc. Essas associações, quando se tratava da formação de organizações de nível superior, como Federações e Centrais Operárias, a elas se filiavam diretamente. Ao I Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio em 1906, quando se resolveu criar a Confederação Operária Brasileira, compareceram federações operárias, uniões de ofícios vários, ligas operárias de âmbito municipal, sindicatos de indústria e sindicatos de ofícios, predominantemente êsses últimos. Assim, por exemplo: a Federação Operária de São Paulo, a Liga Operária Italiana, a Liga dos Artistas Alfaiates, o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos de São Paulo, a Liga Operária de Campinas, os Sindicatos de Ofícios Vários de São Bernardo, o Centro Protetor dos Operários de Pernambuco etc.

(62) Cf. Seymour Martin Lipset, *El Hombre Político*, cap. XII,

"El Proceso Político en los Sindicatos Obreros", Eudeba, Buenos Aires, 1963.

(63) Aziz Simão, *op. cit.*, p. IV-21.

(64) Cf. Walter Galenson, *La Clase Obrera y el Desarrollo Económico*, Editorial Limusa-Wiley, México, 1964.

Nos setores econômicos em que o processo de produção capitalista se encontrava mais avançado, com a constituição de grandes unidades fabris, começava-se a opor por um tipo de associação por indústria, isto é, que agrupava todos os operários do ramo industrial, independentemente da tarefa específica que realizavam. O ponto de referência não era o escritório de empresa. Além dos ferroviários, os têxteis optaram desde cedo por esse tipo de sindicalismo⁶⁵. Nas pequenas cidades, e onde o número de operários era insuficiente para permitir a organização por ofício ou por indústria, criavam-se unidades gerais, ligas de ofícios vários, que reuniam indiscriminadamente trabalhadores de todos os setores da atividade econômica.

Ainda que antes de 30 a necessidade de outras formas associativas se impusesse em consequência do avanço da industrialização, somente com a reorganização dos sindicatos efetuada por força das novas determinações legais na década de 30 é que os sindicatos agrupando todos os trabalhadores de uma mesma empresa tornar-se-ão amplamente majoritários, praticamente desaparecendo o sindicalismo por ofício, que só subsistirá em alguns setores econômicos de importância secundária.

5. *A debilidade do movimento sindical*

Fizemos menção, nas páginas anteriores, ao alcance do movimento político e socialista do proletariado no período anterior a 1930. Procuraremos agora avaliar a importância dos movimentos associativos propriamente sindicais, isto é, daqueles destinados à proteção do trabalhador no plano profissional e salarial, nos quadros de economia capitalista. Ambas as atividades, a política e a sindical, nem sempre assumem, no movimento operário, magnitude semelhante. A classe operária, neste ou naquele país, pode desenvolver uma intensa atividade política, dando origem à criação de partidos operários, sem que o mesmo ocorra no que toca ao movimento sindical. Por outro lado, um sindicalismo ativo e forte não implica em correspondente ação política por parte do proletariado. Nos Es-

tados Unidos, por exemplo, o movimento operário, ainda que não acarretasse a emergência de partidos socialistas e que as reivindicações políticas tenham sido relegadas a segundo plano, levou ao aparecimento de um sindicalismo poderoso e extremamente agressivo. No Brasil, contudo, nos quadros de uma sociedade tradicional e agrícola, escassamente industrializada, o proletariado, constituindo uma camada social muito débil e heterogênea, não chegou a estruturar um sólido movimento social, capaz de desempenhar uma papel importante na formação da sociedade industrial. A influência dos sindicatos no tocante à organização e proteção da força de trabalho e na obtenção de uma repartição menos desigual da renda nacional foi diminuta. A pressão das camadas assalariadas se fazia de modo desorganizado, expressando-se através de explosões súbitas e espontâneas (como na greve de 1917) que não logravam obter, dada a ausência de uma atividade sindical sistemática e intensa, senão aumentos salariais e redução da jornada de trabalho, que via de regra beneficiavam apenas os setores qualificados.

Tal como para o caso das organizações políticas, das ligas, uniões e partidos anarquistas, socialistas e comunistas, não se dispõe de informações relativas ao número de aderentes e à percentagem de sindicalizados em cada categoria profissional. Sem contar que esse fato, por si mesmo, já é indicativo da debilidade das associações profissionais, outros elementos nos dizem da instabilidade e da fraqueza do sindicalismo brasileiro nesse período. Basta atentar para o fato de que os sindicatos não conseguiram assegurar seu funcionamento ininterrupto por longo período de tempo. As federações e órgãos centrais reestruturavam-se continuamente; outras surgiam para desaparecer logo depois. "Conforme às informações, escritas e orais, particularmente até meados da década de 1920 — escreve Aziz Simão — uns mais outros menos, os sindicatos foram associações instáveis, apresentando, por vezes, grandes soluções de continuidade em suas existências. Há notícias de sucessivas criações de grêmios, em uma mesma localidade ou categoria profissional, já indicando, isto ter havido al interrupções da organização sindical. Assim, a Liga dos Trabalhadores em Ladrilhos, criada em 1906, só reaparece em 1932; a dos curtidores, fundada em 1901, ressurgiu em 1918; a dos trabalhadores em fumo, aparecida em 1919, só é novamente anotada em 1932. As categorias profissionais mais importan-

(65) No III Congresso Operário, reunido no Rio em 1920, ressaltou-se a necessidade de se procurar organizar os sindicatos tendo como base a indústria e não o ofício.

tes aparecem com mais constância no registro e apresentam menores soluções de continuidade. Neste caso estão a dos gráficos, têxteis, sapateiros, chapeleiros, canteiros, pedreiros, trabaalhadores em madeira, em padarias e em ferrovias"⁶⁶. A Confederação Operária Brasileira, depois de realizar o seu primeiro Congresso de fundação em 1906, somente realizará o segundo congresso em 1913 e o terceiro em 1920. A Federação Operária de São Paulo, criada em 1905, desapareceu em 1913. O Comité de Defesa Proletário, organizado em 1917 ante o impulso da greve geral, foi substituído em 1918 pela Federação Operária, que por sua vez foi reorganizada em 1922 pela Comissão Reorganizadora das Classes Operárias. O Bloco Operário e Camponês, associação com pretensões políticas, fundado no Rio, em 1926, extinguiu-se-ia três anos depois. Everardo Dias registra que em 1912, "após um longo período de inatividade, realiza-se uma concorrida reunião na sede de diversos Sindicatos de Operários do Rio de Janeiro (Rua General Câmara, 335), tendo por fim reevigorar a Federação Operária, fechada pela polícia. É escolhida uma comissão provisória. A reunião compareceram delegados dos seguintes sindicatos: gráficos, estucadores, marceneiros, canteiros, marmoristas e alfaiates"⁶⁷.

Quando a influência anarquista, a partir da década de 1920, começou a decrescer e o Partido Comunista passou a influenciar os setores militantes do proletariado, federações rivais passaram a competir pelo controle do movimento operário, acentuando sua divisão e fraqueza. Assim é que, nos primeiros anos da década seguinte, surgiu a Federação Sindical Regional, de tendência comunista, que concorria com a Federação Operária. Além dessas duas federações, existia a Coligação dos Sindicatos Operários de São Paulo e, posteriormente, foi fundada a Federação Operária dos Sindicatos de Indústria de São Paulo. Nestas condições, o movimento sindical não estava aparelhado para se opor à reorganização e controle dos sindicatos empreendido progressivamente por Vargas a partir de 1930, e que culminou, durante o Estado Novo, no desaparecimento de um sindicalismo que se alicergava exclusivamente nos esforços dos setores militantes do proletariado.

(66) Aziz Simão, *op. cit.*, p. IV-8.

(67) Everardo Dias, *op. cit.*, p. 274.